

*PREFEITURA MUNICIPAL DE  
PONTÃO – RS*

*PLANO AMBIENTAL  
MUNICIPAL*

*AGOSTO DE 2009*

## DADOS GERAIS

- Prefeitura Municipal de Pontão
- Município: Pontão - RS
- Localização: Avenida Júlio de Mailhos, N°1613;
- Fone / Fax: (54)3616 – 3233 e 3259
- e-mail: [pmpontao@bol.com.br](mailto:pmpontao@bol.com.br)
- Prefeito: Delmar Maximo Zambiasi
- Vice - Prefeito: Rudimar Antonio Banaletti
- Assunto: Plano Ambiental do Município de Pontão.

## INTRODUÇÃO

O Meio Ambiente é bem de uso comum da comunidade e a manutenção de seu equilíbrio é essencial à sadia qualidade de vida de toda a humanidade.

Os municípios, pelas competências constitucionais, prestam serviços públicos de interesse local, preservam o meio ambiente em seu território e podem legislar na área ambiental.

Cada município possui uma metodologia a seguir de modo que visa também a proteger seu meio ambiente, sendo que algumas cidades possuem um plano de municipalização ambiental que visam um planejamento, a proteção, a recuperação e o uso ecologicamente sustentável do meio ambiente. Portanto, o Plano Ambiental tem por objetivo caracterizar as questões ambientais e estabelecer diretrizes, além de caracterizar sucintamente os problemas relacionados ao meio ambiente, contando com a participação das principais lideranças do município com acompanhamento de uma equipe técnica multidisciplinar.

Através do planejamento ambiental, pode-se também, garantir a integração e o comprometimento dos diversos setores da Administração Municipal em relação ao Plano Ambiental Municipal objetivando assim, a preservação, proteção, recuperação e o uso ecologicamente sustentável do meio ambiente.

Para relacionar, caracterizar e apontar os principais problemas ambientais do município de Pontão, a equipe técnica consultou diferentes setores do município, abrangendo escolas, Câmara de Vereadores, Secretarias Municipais, Emater, Departamentos Municipais, comunidade em geral e todas as entidades representativas do município, para levantar os principais problemas ambientais, estabelecendo prioridades na execução de projetos contidos no presente Plano Ambiental.

Desta maneira, com a municipalização ambiental será possível organizar e operacionalizar ações voltadas ao controle e monitoramento das atividades efetiva ou potencialmente causadoras ou não de degradação ambiental.

## **Plano Ambiental Municipal**

Os variados tipos de poluição e a degradação ambiental passaram a ameaçar a sobrevivência humana e de outros seres vivos no planeta. Nestas condições o Plano Ambiental Municipal tem a finalidade de apontar diretrizes a serem executadas pelo município de Pontão com o intuito de buscar soluções efetivas para os problemas ambientais aliado ao desenvolvimento sustentável equilibrado.

O Plano Municipal Ambiental foi desenvolvido com base nos subsídios fornecidos pela prefeitura municipal, informações do IBGE e pesquisas na biblioteca da Universidade de Passo Fundo (UPF).

### **2 - OBJETIVO GERAL**

O presente Plano Ambiental Municipal tem como objetivo geral o estabelecimento de diretrizes que deverão ser utilizadas, visando à melhoria de vida do município contribuindo para preservação do meio ambiente.

#### **2.1 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

A implementação da Política Ambiental do Município tem como princípios fundamentais o desenvolvimento sustentável, com equidade e justiça social e equilíbrio ecológico. O município através do Departamento de Meio Ambiente, vinculado a Secretaria da Agricultura, implantará e implementará a gestão ambiental municipal tendo, entre outros, os seguintes objetivos:

- 2.1.1 – Definir as medidas que deverão ser adotadas visando diagnosticar as atividades e os empreendimentos efetiva ou potencialmente causadores de degradação ambiental ou que se utilizem recursos ambientais;
- 2.1.2 - Promover o cadastramento e mantê-lo atualizado de todas as atividades efetiva ou potencialmente causadoras de degradação ambiental ou que utilizam recursos ambientais, independentemente de porte e potencial poluidor, bem como estabelecer o plano de licenciamento;
- 2.1.3 - Promover a fiscalização em caráter permanente, sobre os recursos ambientais visando a compatibilização do desenvolvimento sócio-econômico com a preservação e proteção do meio ambiente e do equilíbrio ecológico;
- 2.1.4 - Proteger áreas de ocorrência de ecossistemas representativos mediante a criação de unidades municipais de conservação e preservação, e criar programas de preservação e recuperação das áreas de “preservação permanente”;

- 2.1.5 - Promover medidas e estabelecer diretrizes de preservação, controle e recuperação do meio ambiente, considerando-o como patrimônio público, tendo em vista o uso coletivo e a melhoria da qualidade de vida;
- 2.1.6 - Garantir a fiscalização e o controle permanente das atividades potencialmente poluidoras e utilizadores de recursos ambientais, de modo a compatibilizá-las aos critérios, normas e padrões de proteção ambiental vigentes;
- 2.1.7 - Criar e desenvolver políticas de preservação, conservação e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no território municipal, condições para que ocorra o desenvolvimento sócio-econômico compatível com a proteção aos ecossistemas e qualidade de vida;
- 2.1.8 - Acompanhar de forma permanente o estado da qualidade ambiental do território do Município de Pontão;
- 2.1.9 - Fiscalizar o uso racional do solo urbano e rural, do subsolo, da água em consonância com a política estadual de recursos hídricos e do ar;
- 2.1.10 - Definir prioridades de ação do gestor público municipal relativamente à qualidade e ao equilíbrio ecológico no território do Município;
- 2.1.11- Incentivar o estudo e a pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais e a resolução dos problemas, perseguindo metas do desenvolvimento sustentável para todos os setores produtivos do Município;
- 2.1.12 - Adotar medidas nas diferentes áreas do setor público e junto ao setor privado, para promover e manter o equilíbrio ecológico e a melhoria da qualidade ambiental, através da prevenção da degradação ambiental em todas as suas formas, e impedindo e/ou estimulando à mitigação dos impactos ambientais negativos e exigindo a recuperação dos ambientes degradados;
- 2.1.13 - Implantar e implementar sistema permanente de monitoramento do ambiente na área do território municipal, em especial nas áreas críticas de poluição;
- 2.1.14 - Promover a educação ambiental formal e informal, nos termos da Política Nacional de Educação Ambiental, objetivando capacitar a sociedade para sua participação ativa na preservação, conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;
- 2.1.15- Incentivar ações promovidas por entidades não governamentais de proteção ao meio ambiente respeitando sua autonomia e independência de atuação;
- 2.1.16 - Implantar e implementar o sistema municipal de meio ambiente;
- 2.1.17 - Promover a realização de diagnóstico ambiental de todo o município, como ferramenta essencial para o estabelecimento e revisão de políticas, planos, programas e projetos ambientais;
- 2.1.18-Através de convênio com a FEPAM, municipalizar todas as ações de impacto ambiental local.

## 1. HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE PONTÃO

O nome Pontão remonta a antiga passagem de grandes pontas de gado e muares, oriundas da fronteira, passando por esta região, por uma grande ponta de mato que existia entre Igrejinha e Pontão. Esta grande ponta de mato servia de referência para os tropeiros orientarem-se. Após passarem o mato e entrarem em campo mais aberto, os tropeiros descansavam o gado em grandes piquetes e mangueirões aqui existentes.

As grandes pontas de gado que aqui passavam ou descansavam, com a grande ponta de mato que aqui terminava, fez com que os moradores e tropeiros chamassem esse lugar de Pontão de Mato, sendo posteriormente simplificado para Pontão.

Em 1894, Pontão era um povoado situado na ponta da Fazenda Sarandi, dividindo duas grandes Fazendas: a Fazenda Sarandi, de propriedade do capitão João Vergueiro e Fazenda do Cedro, do Coronel Antônio Ramos Barroso, conhecido pela alcunha de Tico Barroso.

Em 1906, a Fazenda Sarandi foi vendida à firma Mailhos, Mourino e Lápido, de Júlio Mailhos, José Antônio Lápido e Luis Mourino, ambos de Montevidéu, na República do Uruguai e que eram denominados de Castelhanos.

Em 25 de março de 1920 os Uruguaios ou Castelhanos doaram uma área de terra da Fazenda Sarandi, onde estava localizado o povoado, de 156.250m<sup>2</sup>. Em 16 de junho de 1922, esta área foi escriturada à Prefeitura de Passo Fundo e seria usada também para construção de uma Escola e uma Igreja. Os limites primitivos dessa área são os seguintes: Norte: por uma cerca de arame com a mesma Fazenda Sarandi; Sul: por um valo com a Fazenda do Cedro; Oeste: sombra do mato até encontrar o prolongamento da cerca; Leste: com a Fazenda Sarandi. Esta área foi transferida à Prefeitura de Pontão, mas ainda não foi loteada. Os moradores e proprietários de terrenos respeitam suas divisas demarcadas por eles. A Prefeitura está encaminhando a legalização, e a demarcação dos lotes, para posterior urbanização desta área. Existem outras áreas já urbanizadas e legalizadas que estão aumentando aos poucos as habitações do município.

Moradores antigos contam que Pontão foi uma localidade de crescente progresso até o ano de 1920, entrando em decadência após esta data, com a transferência de sua sede distrital (6º Distrito de Passo Fundo) para a Vila Sarandi, que em 1939, tornou-se município de Sarandi. A florescente colonização de Sarandi e a Revolução de 1923 foram as principais causas da decadência local, trazendo estagnação do comércio e fuga de seus habitantes. As áreas de terras extensivas, principalmente de campo bruto e a demora na colonização, retardou o desenvolvimento da região.

Com a desapropriação em 1960 da Fazenda Sarandi dos Castelhanos pelo Estado e posterior assentamento de colonos; com a formação de campos nativos em lavouras, principalmente pela introdução do calcário na correção da acidez e a mecanização; com a vinda e a influência de novos

moradores em 1985 com a ocupação e desapropriação pelo Assentamento da Fazenda Annoni, transformou uma terra rica e produtiva, mas pouco habitada, em uma região mais habitada, conseqüentemente, mais desenvolvida e em condições de pleitear a sua autonomia política administrativa, que após muito esforço da comunidade, foi concretizada com a lei n.º 9.604 de 20 de março de 1992, que cria o município de Pontão, formado por parte do município mãe de Passo Fundo onde era Distrito e partes dos municípios de Carazinho, Ronda Alta e Sarandi.

## **2. ORIGEM E CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PONTÃO – RS**

### **2.1 Processo de ocupação da terra: O Acampamento da Fazenda Annoni**

O processo de ocupação da terra no município de Sarandi e atual município de Pontão a partir dos anos de 1980 desencadearam formas de organização diversas o que de certa forma é habitual, desde a ocupação coletiva por parte das famílias do movimento dos Sem Terra até o estabelecimento do assentamento e a conseqüente transformação deste processo que deixou de ser ocupado de forma coletiva, para ser ocupado de forma individualizada por cada família que recebe seus lotes de terras. Nesse sentido delimitaremos a área de estudo através de mapas e descrições no período do acampamento na antiga Fazenda Annoni, localizada, então no município de Sarandi, RS.

O município de Pontão obteve a sua emancipação devido principalmente à constituição do acampamento da Fazenda Annoni, onde se sucederam muitos conflitos políticos, econômicos e sociais para que fosse realizado o assentamento de aproximadamente 1500 famílias sem terra.

Nesse Plano Ambiental do Município está descrito um pouco dessa história que hoje caracteriza e fortalece a economia diversificada do município.

### **2.2 - Localização da Área**

O antigo Acampamento da Fazenda Annoni, se situava nas proximidades da RS 324, que liga os municípios Ronda Alta, Pontão e Passo Fundo. Na época a Fazenda Annoni era pertencente ao município de Sarandi, hoje o local pertence ao município de Pontão, chamado então de Comunidade Osvaldo Cruz – Área 10 / Fazenda Annoni.

O acampamento da Fazenda Annoni, se encontrava em local apropriado perto do mato onde os acampados obtinham a água para todas as suas necessidades, para tomar banho, lavar roupas, fazer comida e também para beber.

No decorrer do tempo o acampamento da Fazenda Annoni, se tornou um assentamento, que favoreceu em especial a criação de um novo município, atualmente município de Pontão

emancipado em 1992. Devido a grande quantidade de famílias assentadas na Annoni, surgiu a necessidade da criação de um novo município, o qual possui uma área de 505 km<sup>2</sup>, sendo que o mesmo está em sua quarta gestão administrativa.

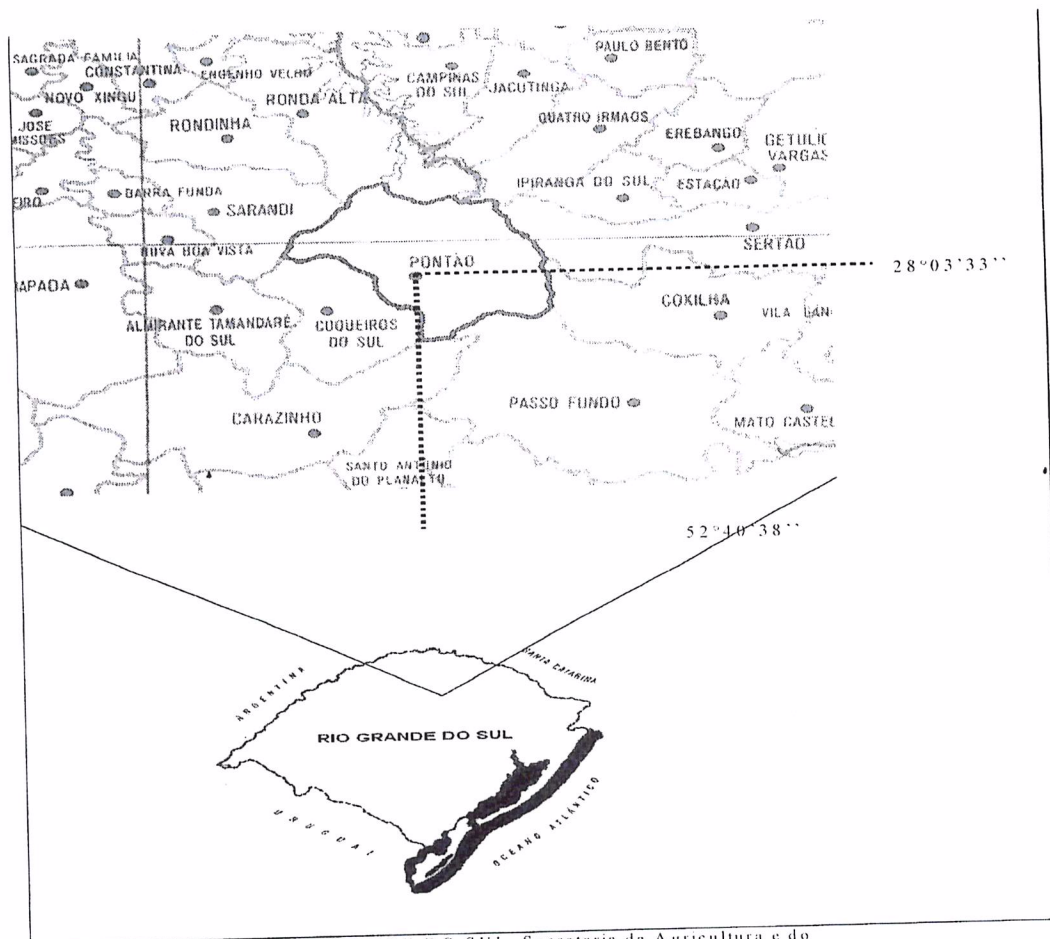
Sua economia é baseada na agricultura. O município mantém em torno de 200 quilômetros de vias públicas do interior do município, e em torno de 280 quilômetros de acesso à propriedades. O município de Pontão se caracteriza como um ponto de travessia ou de ligação com Passo Fundo, Ronda Alta e Sarandi, através da ligação asfáltica. (Figura 03: Localização do município de Pontão/RS).

Tem uma população de 3.903 habitantes, sendo que 75% moram na área rural e 25% na área urbana. A maior parte da população rural é de pequenos agricultores, entre estes 80% é de assentamentos, que contribuem com maior índice de desenvolvimento para o município, pois trabalham com produção diversificada, como: produção leiteira, aviário, frigorífico, produtos coloniais (queijo, salame, batata, mandioca e outros), que são vendidos na casa do agricultor para a comercialização da população em geral, além de produzirem produtos agrícolas (milho, soja, feijão, trigo, aveia e outros).

A população da área urbana é constituída por pequenos comerciantes, servidores públicos, trabalhadores temporários e desempregados. O desenvolvimento comercial é pequeno e se dá basicamente em torno das atividades primárias.

Na área de educação o município possui: seis escolas municipais totalizando 569 alunos do Ensino Fundamental, duas escolas estaduais com 215 alunos, sendo que uma delas é de Ensino Fundamental e a outra do Ensino Médio. No conjunto, o município atende 784 alunos do Ensino Fundamental e mais 247 alunos do Ensino Médio, conforme Dados obtidos na Prefeitura Municipal de Pontão. Como mostra na (Figura 01) a localização do município de Pontão com as proximidades de outros municípios vizinhos.





Fonte: RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Agricultura e do Abastecimento. *Mapa do Rio grande do Sul Político*. Departamento Agrário de Cartografia e Cooperativismo. Divisão de Geografia e Cartografia, 1997. Org.: A autora

### 2.3 História da Área do Acampamento na Fazenda Annoni

Durante todo o processo de organização e de luta no acampamento da Fazenda Annoni, criaram-se novas formas de organicidade, de resistência e de conquistas. Toda a nova ação foi sendo construída na ocupação desde latifúndio<sup>1</sup>. Como diz Izaias Vedovatto, nas entrevistas orais: “Quando se ocupou a Fazenda Annoni, a Brigada não conseguiu tirar as famílias, porque eram muitas, numerosas, a população era maior que algumas cidadezinhas, era muita gente, então a justiça determinou que o pessoal ficasse naquele espaço ocupado. Foi aí a primeira ação”.

A Fazenda Annoni possuía uma área de 9500 hectares e o acampamento ficava em uma das extremidades desta propriedade próximo à rodovia RS 324 que conecta os municípios de Ronda

<sup>1</sup> Latifúndio é considerado para grandes quantidades de terras que não são produtivas, como por exemplo a área da antiga Fazenda Annoni destinada em 1985 para assentamento de Reforma Agrária, anteriormente a este a propriedade de 9500 hectares era improdutiva.

Alta, Pontão e Passo Fundo, esta propriedade era um espaço constituído por uma parte de campos e outra parte era constituída por mata.

Quando o acampamento foi formado, já havia no interior da Fazenda Annoni desde 1974 em torno de 54 famílias assentadas pelo Incra, das quais trinta provinham da região inundada pela construção da barragem do Passo Real e 24, constituídas por pequenos arrendatários e empregados que moravam no interior da própria fazenda. Estas famílias possuíam terras que foram desapropriadas em 1969 para a construção da Hidrelétrica do Passo Real, que alagou vinte e três mil hectares em áreas dos municípios de Cruz Alta, Ibirubá, Salto do Jacuí e Espumoso, conforme Caume, (2006).

O acampamento Fazenda Annoni foi um processo de luta social pela terra que se desdobrou pelo menos no período de oito anos, sobre um latifúndio improdutivo de 9500 hectares. Na época esta área pertencia à região geográfica do município de Sarandi, dedicada em grande parte à criação extensiva de gado e sob litígio judicial desde 1972, quando foi desapropriada para fins de reforma agrária visando ao assentamento de agricultores desalojados em virtude da construção da hidrelétrica do Passo Real, na região de Cruz Alta.<sup>2</sup>

A organização no acampamento segue a mesma lógica do MST, que era de formar núcleos, com o objetivo principal de ampliar a possibilidade de discussão e o debate para que todos pudessem participar das decisões. Todas as propostas de ações tinham que ser discutidas em núcleos e após levadas para uma assembléia geral para serem votadas. Os núcleos eram divididos pelos municípios de origem dos acampados e através deles se organizavam os barracos.

A organização dos núcleos nos municípios ajudava no planejamento e nas metas previstas. Foi então decidido que a ocupação necessitava de um extremo sigilo, para evitar uma possível surpresa por barreiras policiais. Para o Estado e a polícia “desobedecer a lei e a ordem”. Constituiu-se um mapa para facilitar a ocupação o qual fornecia dados de como chegar a Fazenda e este foi distribuído às lideranças dos municípios que participaram da ocupação. Tudo era questão de organização e planejamento, para fazer uma ocupação sem que houvesse uma intervenção da polícia, para que o processo de acampamento passasse a ser um assentamento em si consolidado.

Esta fazenda “*em 1985 estava sob judicío*” conforme Caume, 2006, p.95, porque a União e os proprietários estavam disputando na justiça há 13 anos a posse da gleba, que é um termo usado pelos órgãos públicos referente a parte de uma área maior, desde que foi desapropriada na década de 1970 para assentar famílias de camponeses expulsos de suas terras para a construção da barragem do Passo Real em Cruz Alta.. Neste ano existiam umas “700 cabeças de gado”, segundo

---

<sup>2</sup> A ocupação da Fazenda Annoni seria um divisor de águas na história da luta social pela terra no Rio Grande do Sul, tanto pelo seu caráter massivo como pelos seus desdobramentos políticos.

contam os assentados e 55 famílias de parceiros reassentados provisoriamente das terras da barragem do Passo Real e ex-peões da fazenda.

Esta situação não poderia ser mudada enquanto durasse a disputa pela terra, e para que essa situação não tivesse resolução havia um destacamento da Brigada Militar que dava garantia na permanência da situação judicial não deixando que o MST avançasse neste processo de luta por este território.

O MST, sabendo da situação deste latifúndio decide por fim a uma história de descaso por parte do governo e por parte do sistema judiciário, pela necessidade social de programar a Reforma Agrária. Sendo assim, a partir da madrugada de 29 de outubro de 1985 uma nova história passa a ser construída, nas palavras de CAUME, 2006, p.139: “A partir da madrugada de 29 de outubro de 1985, as vidas de nossos narradores se cruzariam, compartilhando entre si, desejos, esperanças e sonhos, mas também controvérsias e conflitos”.

Era uma madrugada chuvosa do dia 29 de outubro de 1985, entre três e cinco horas, em torno de 1500 famílias do Alto Uruguai, Norte do Rio Grande do Sul, mais ou menos 6500 pessoas, decidiram tomar parte naquele que seria considerado “o maior acampamento de agricultores do país”, conforme Caume, 2006.

A madrugada de 29 de outubro ficou marcada na história, e na memória das pessoas que participaram da tão esperada ocupação. Como mostra a (Figura 04), em que algumas famílias descarregaram seus pertences de um caminhão ao ocuparem a Fazenda Annoni na madrugada de 29 de outubro de 1985.



Figura 02: Madrugada de 29 de outubro de 1985, ocupação da Fazenda Annoni.  
Fonte: Arquivo- E. E. Vinte e Nove de Outubro/ Fazenda Annoni.

Nessa noite muitas pessoas saíram em busca de um sonho, mesmo sabendo que seria uma luta difícil e por tempo indeterminado, mas unidos, juntando forças e desejos, o sonho que era comum de todos os Sem Terra, poderia ser conquistado, pois tinham coragem e determinação para lutar pelo direito à terra .

## **2.4 Formas de Lutas praticadas no Período do Acampamento**

Todas as formas de luta foram importantes, mas teve uma que se destacou mais entre as outras, que foi a marcha à Porto Alegre (Figura 06), onde saíram do acampamento 250 pessoas. Foram muitos dias de caminhada, onde mobilizaram grande parcela da população do Estado do Rio Grande do Sul, em que os meios de comunicação, as instituições sociais, como também a participação da igreja do próprio movimento e também das autoridades políticas que ficaram conhecendo essa realidade. Sendo assim foi uma movimentação “chave”, pois abriu caminho para outras novas mobilizações sociais de outros segmentos.

Esta caminhada com homens, mulheres e crianças percorreu um grande número de municípios, e nestes municípios eram recebidos por muitos com solidariedade e realizaram-se palestras nas escolas, centros comunitários e outros espaços concebidos. Ao chegar em Porto Alegre, veio a notícia do então Ministro da Reforma Agrária que seriam desapropriadas fazendas no estado para assentar colonos sem terra.

Sabendo os Sem Terra que de promessa não se conquista nada, decide-se então ocupar a Assembléia Legislativa do Estado. Ocorrem negociações com o presidente da Câmara dos Deputados e equipe, e dessa forma lá estavam os sem terra, pressionando mais um órgão do poder. O grupo organiza-se dentro da Assembléia e permanece por mais de um mês. Mas as desapropriações demoram, existe diferença, como já disse, entre a promessa e o acontecer...

Na época essa marcha ficou conhecida como a “caminhada a terra prometida”, pois havia forte influência da igreja em que o padre Arnildo Fritzen coordenava as místicas.

Era uma caminhada em busca de um sonho prometido; a terra, mas somente prometido, pois para que o governo tomasse uma atitude era preciso mostrar que o povo que luta é porque deseja novas mudanças na estrutura agrária do país, e isso não pode ficar para depois, pois é justamente pelo depois, que existe tanta desigualdade entre a sociedade.



Figura 03: Marcha do Movimento dos Sem Terra a Porto Alegre.

Fonte: Arquivo- E. E. Vinte e Nove de Outubro/ Fazenda Annoni

O Movimento dos Sem Terra, fizeram muitas manifestações para pressionar o governo do estado em resolver a questão da criação de novos assentamentos, pois sabiam que somente colocando estas idéias para a população sobre a necessidade da Reforma Agrária que o governo tomaria alguma decisão.

Uma destas manifestações realizadas ocorreu em frente ao Palácio Piratini em Porto Alegre no dia 23 de junho de 1986, (Figura 07), pois, essa é uma das formas de resistência sendo este o meio que os Sem Terra mostram seus descontentamentos, para serem ouvidos, que é fazendo manifestações ao público, de forma massiva e organizada.

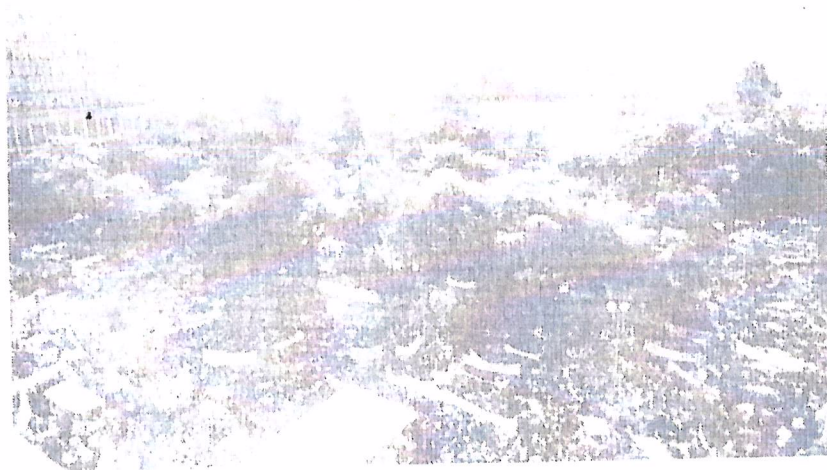


Figura 04: Manifestação dos Sem Terra em Porto Alegre.

Fonte: Arquivo-E. E. Vinte e Nove de Outubro/ Fazenda Annoni

Analisando a conjuntura vivida, já que não havia sido resolvido pelos governantes, desde que os Sem Terra chegaram a Porto Alegre, então eles decidem desmontar o acampamento e desocupar a Assembléia Legislativa e voltar para o acampamento da Annoni, para então partir com novas ações, neste sentido definem que “Ocupar é a única solução”. Essa era a resposta a um governo que prometia fazer a Reforma Agrária, mas não cumpria.

No decorrer do tempo muitas outras formas de lutas e organização foram surgindo, como é o caso da segurança dos acampados, que foi ficando intensa, pois a Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Sul foi recrutada e ficava fazendo o cerco nos arredores do acampamento.

O cerco Policial na Fazenda Annoni, iniciou-se quando os Sem Terra já não mais agüentavam esperar, pois o tempo foi passando ano após ano, e nenhuma área era destinada para assentamento, as famílias estavam gastando o pouco que tinham, a comida era escassa, a vida no acampamento com 1500 famílias tornava-se difícil, pois tinha-se o mínimo necessário para a sobrevivência. Então analisando a conjuntura da época, toma-se a decisão de ocupar as Fazendas desapropriadas em Cruz Alta. Decide-se o dia da saída em caminhada próxima a Encruzilhada Natalino, hoje entrada para COANOL (Cooperativa Regional dos Assentados), onde encontra-se uma barreira policial e inicia-se um confronto, várias pessoas ficam feridas.

Algumas cenas encontram-se nos filmes “Terra Para Rose” e “Sonho de Rose”<sup>3</sup>, filmes dirigidos por Tetê de Moraes.

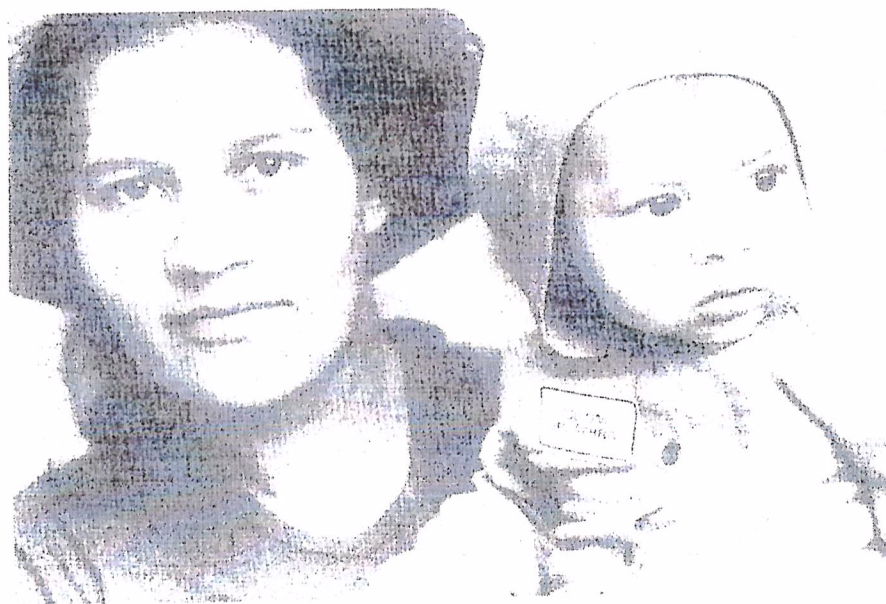


Figura 05: Roseli Nunes, integrante do antigo acampamento da Fazenda Annoni.

Fonte: Arquivo- E. E. Vinte e Nove de Outubro/ Fazenda Annoni.

<sup>3</sup> Rose, como era conhecida, nos últimos dias de gravidez, participou da ocupação da Fazenda Annoni, ela lutou por uma reforma agrária justa. Em 30 de março de 1987, durante um protesto contra as altas taxas de juros e a indefinição do governo em relação à política agrária que se estendeu por vários municípios, um caminhão desgovernado invadiu contra uma barreira humana formada na BR-386, em Sarandi, RS. O caminhão feriu 14 agricultores e matou três: Iari Grosseli, de 23 anos; Vitalino Antonio Mori, de 32 anos, e Roseli Nunes, com 33 anos e mãe de três filhos.

Foi, então, neste dia que se iniciou o cerco policial em que os sem terra chamavam na época de “Prisão Brossard”, conforme o entrevistado Isaías Vedovatto em homenagem ao Ministro da Justiça da época, Paulo Brossard. Os Sem Terra foram feridos com baionetas, com cassetetes, com pontapés de botinas de soldados... veio para a Annoni o capitão da Brigada Militar da época que tinha o sobrenome de Stok. Além da Brigada Militar estar extremamente armada tinham com eles cachorros e um pelotão a cavalo e outro pelotão de choque.

A partir daí, os Sem Terra ficaram cercados, por quatro meses, ninguém saía do acampamento sem ser revistado, e o mesmo servia para quem queria entrar no mesmo. Desde então foram meses de cerco policial no acampamento e foi neste período que se desencadearam várias ações internas. O MST não tinha na época símbolos, bandeira, por exemplo, então era necessário improvisar símbolos para as místicas.

Era usado até então uma Bandeira do Brasil muito velha e cheia de fiapo, usada nas ações onde o povo dizia que o Brasil era um País em frangalhos, este termo era utilizado para referenciar a política aplicada pelo governo para atender os trabalhadores, de forma desumana, demorada, sem vontade de solucionar.

Neste período, os acampados ficaram cercados pelas barreiras militares (Figura 09), todos que entravam e saíam do acampamento eram entrevistados e interrogados, nessa época houve muita violência no acampamento, entre os Sem Terra e os policiais, que rondavam a região, sem dar espaço para qualquer tipo de ação que o movimento viesse a querer realizar, ou seja, eles impediam as formas de lutas adquiridas pelo MST. Diariamente os Sem Terra eram despertados por helicópteros da Brigada Militar que sobrevoavam no acampamento.



Figura 06: Polícia Militar cerca o acampamento da Fazenda Annoni.  
Fonte: Arquivo- E. E. Vinte e Nove de Outubro/ Fazenda Annoni

O Estado usava-se de estratégias que oneraram os cofres públicos, mas que defendiam o poder de acumulação capitalista, a propriedade e os poderosos. Os acampados receberam várias visitas de artistas, bispos, deputados federais e estaduais, enfim representantes de entidades que apoiavam a luta pela terra e pela vida.

As formas de lutas adquiridas pelo MST, para pressionar o governo, despertam na população diferentes pontos de vista, alguns apóiam e outros os criticam, mas para tudo que se quer deve haver um meio de começar, e no caso do MST, que se trata de um movimento de massas, se não for mostrando a toda a população o que querem mesmo que seja banalizado, o governo não os dá importância, é preciso agir, porque o processo é longo e exige persistência, por mais que esse movimento cause diferentes percepções. Nas suas palavras, CAUME cita:

Os assentamentos despertam as mais díspares sensações e percepções sociais: desde o ódio dos que os vêem como produto da desordem e da anarquia social até a paixão daqueles que os visualizam como território de materialização de sonhos utópicos de igualdade e fraternidade humana. (CAUME, 2006, p. 7)

A forma de organização adquirida pelo Movimento dos Sem Terra, é vista como um aspecto da desordem, desta forma o Movimento sofre uma dominação sobre seu aspecto cultural e precisa libertar-se, produzindo suas próprias idéias, seus próprios valores para poder ver o futuro com seus próprios olhos.

### **3. A CONSTITUIÇÃO DOS ASSENTAMENTOS NA FAZENDA ANNONI**

Após muitos anos de luta, muitas atuações, ocupações, caminhadas, greve de fome, enfim diversas formas de ações, com criatividade, alguns êxitos e também perdas chega-se a um momento difícil, o assentamento da Fazenda Annoni estava se tornando a “mãe de todos”, ninguém queria sair dali. A forma de distribuir-se nas 16 áreas, como ilustra a figura 8 fez com que as famílias se estruturassem em barracos de costaneiras, construídos com madeira de pinus, que eram melhores do que os de lona, mas ainda a maioria dos barracos eram de lona e somente o seu alicerce era construído com costaneiras.

A coletividade de todos no acampamento, fez com que as famílias criassem um apego maior ao local e deixaram esquecido o fator principal, a luta e a conquista da terra, pois a área da Annoni não era suficiente para todos.

O tempo fez com que ocorressem propostas para definir as famílias que ficariam na Annoni. O lado do movimento definiu que 50% seriam escolhidos por proposta de trabalho e 50% por pontuação, sendo que esta era uma forma de escolha utilizada pelo INCRA e que possui itens de número de componentes na família, idade etc.



A proposta inicial era que na Fazenda Annoni permaneceriam em torno de 180 famílias, possuindo em média de 18 a 21 hectares por família. Com a influência da divisão interna surge a proposta do INCRA de assentar todas as famílias na área, dando em média 8 a 9 hectares para as famílias que estavam acampadas na Annoni. Após muitas discussões chega-se a um consenso de 200 famílias e em torno de 15 hectares o tamanho do lote de terra, e mais a diante negocia-se para mais 50 famílias ocuparem a área que era considerada mata.



Na escolha dos grupos com propostas e das famílias por critérios técnicos foi realizada pelo INCRA através de rodadas de reuniões com os seus próprios técnicos. A definição das famílias aconteceu em 1987 e 1988. Da definição das famílias até a ocupação definitiva dos lotes foram mais alguns anos, pois, através de um acordo interno todos iriam lutar para conquistar mais terras para o restante das famílias. Quanto à distribuição dos lotes, as próprias famílias discutiram e chegaram a um acordo.

### **3.1 Divisão da Fazenda Annoni em sete novos Assentamentos**

Como relatado anteriormente, uma parte da Fazenda já havia sido dividida em dois assentamentos que perfaz um total de 54 famílias que constituíram o Assentamento do Passo Real e o Assentamento da Linha Floresta. Estas famílias eram colonos que tiveram suas terras alagadas pela barragem do Passo Real e que com o passar do tempo integraram-se as lutas e ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

As mais de 250 famílias juntamente com mais 30 parceiros (também famílias que perderam suas terras pelo alago do Passo Real, mas que enfrentaram o dono da fazenda e os policiais anterior a ocupação de 1985, estes então chegaram na fazenda em 1974), e os empregados do antigo proprietário, fazem parte do restante que compõem a Fazenda Annoni.

Chega-se então a uma conclusão que o número de famílias é grande demais para manter somente um Assentamento. Desde então foi decidido constituir cinco novos assentamentos que são assim mencionados; Assentamento 16 de Março com aproximadamente 75 famílias; Assentamento Nossa Senhora de Fátima com cerca de 50 famílias; Assentamento Santa Bárbara, com cerca de 20 famílias; Assentamento Nossa Senhora Aparecida, com cerca de 45 famílias e o Assentamento São Miguel, com cerca de 20 famílias. Todos estes assentamentos e mais os dois citados anteriormente possuem suas áreas no município de Pontão, como mostra a figura a seguir:

LEGENDA:

- Assentamento 16 de Março
- Assentamento N<sup>o</sup>. S<sup>a</sup>. de Fátima
- Assentamento Santa Bárbara
- Assentamento N<sup>o</sup> S<sup>a</sup>. Aparecida
- Assentamento São Miguel
- Assentamento Passo Real
- Assentamento Linha Floresta

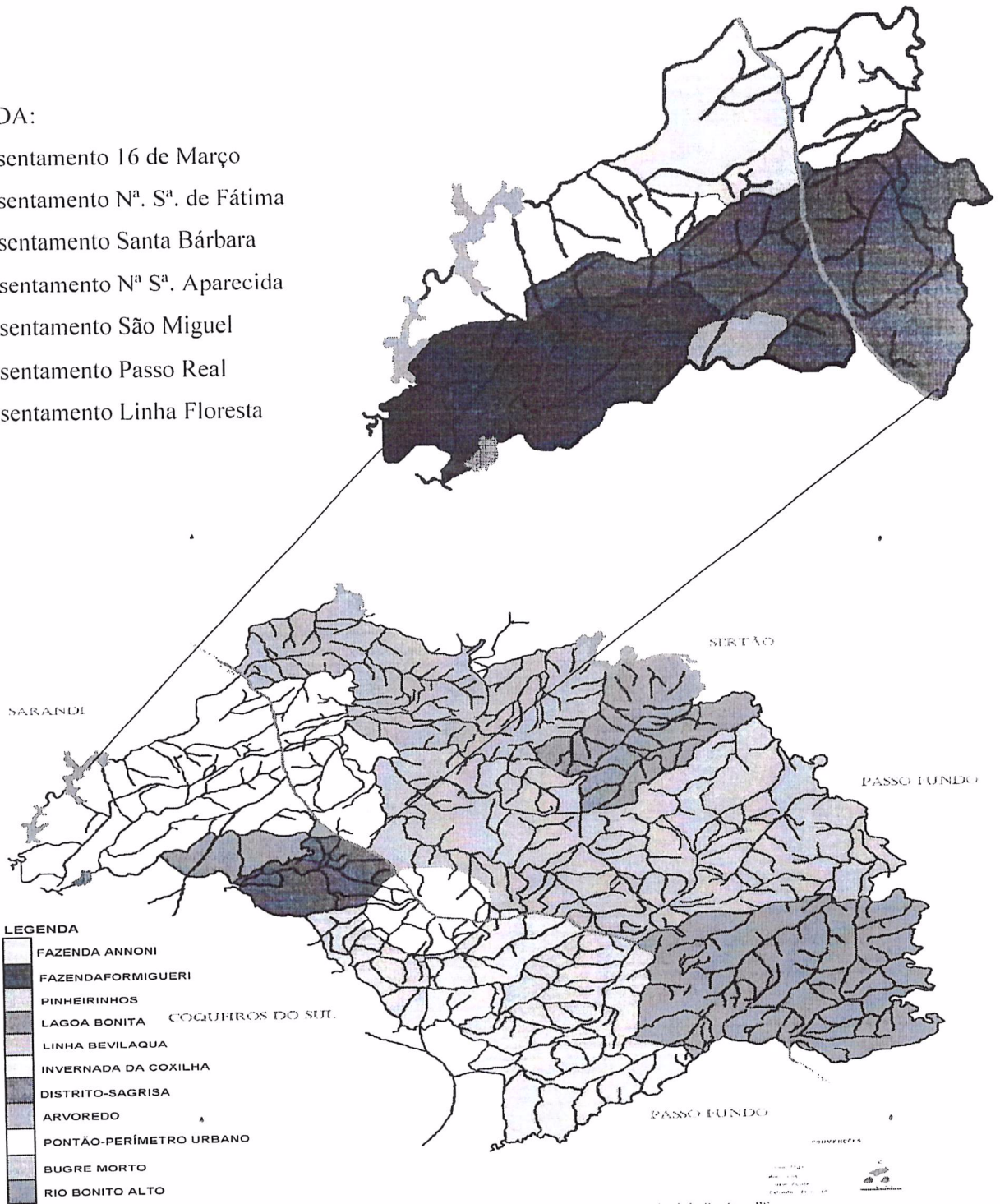


Figura 08: Croqui do município de Pontão com a localização da divisão dos assentamentos localizados na Fazenda Annoni - Pontão/RS. Fonte: Prefeitura Municipal de Pontão/RS.

Muitas das pessoas que estavam acampadas na Fazenda Annoni, não foram assentadas nesta, mas os integrantes o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, do antigo acampamento da Fazenda Annoni lutaram juntos para o assentamento de todas as famílias acampadas, que através de muita luta e discussão com o INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária), decidiram os critérios para a seleção das famílias a serem assentadas na Annoni o qual foi mencionado anteriormente.

O antigo acampamento da Fazenda Annoni foi de extrema importância para a sociedade tanto pelo destaque do seu aspecto Histórico quanto Geográfico, pois nota-se que através da luta pertinente daquelas pessoas que viveram a história da luta pela terra, percebemos como as pessoas se organizam no tempo e no espaço, de acordo com a sua necessidade.

Os Assentamentos instituídos dentro da Fazenda Annoni, formam hoje uma nova realidade conquistada por pessoas que lutaram e acima de tudo acreditaram na força da união e determinação para fazerem de seus sonhos a sua própria realidade.

Como diz Stédile (1997):

“... Fazer o bem é fazer-se bom e é fazendo o que fazem que os homens e as sociedades se fazem o que são”.

#### **4. LOCALIZAÇÃO E ASPECTOS GEOGRÁFICOS DO MUNICÍPIO DE PONTÃO**

1.1 Lei de criação: Lei n.º 9.604

1.2 Município(s) de origem: Passo Fundo, Carazinho, Ronda Alta, Sarandi

1.3 Microrregião geográfica: Passo Fundo

1.4 Mesorregião geográfica: Noroeste Rio-Grandense

1.5 Altitude: 683 m

1.6 Latitude: 28°03'33"S

1.7 Longitude: 52°40'38"W

Extensão geográfica do município: 505,11 km<sup>2</sup>

## 5. LEI DE CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PONTÃO/RS

### Lei nº 9.604 de 20 de março de 1992 cria o município de Pontão

Art. 1º - É criado o município de Pontão, constituído pelo distrito de Pontão, pertencente ao município de Passo Fundo, parte do município de Ronda Alta e parte do município de Carazinho.

Parágrafo único - É sede do novo município a localidade de Ponta, e sua instalação será realizada no dia 1º de janeiro de 1993.

Art. 2º - O território do novo município é assim delimitado:

NORTE:

Começa na RS-324, no ponto Frontal a Sanga Holanda, desce por essa sanga até a confluência como o Arroio da Estância e por este, águas abaixo, continuando pelo braço formador da Barragem Passo Fundo até a intersecção do braço da mesma barragem formado pelo Lageado Sarandi, subindo por este, até a confluência da Sanga Invernadinha, sobe por esta sanga até a estrada Ronda Alta - Arvoredo, pela qual continua em direção geral sudeste, até um ponto frontal à nascente do Arroio Dourado, segue por este, águas abaixo, continuando pelo braço formador da Barragem Passo Fundo até a intersecção com o braço formador da mesma barragem constituída pelo Rio Passo Fundo, sobe pelo Rio Passo Fundo até a confluência como Rio Inhupaca.

LESTE:

Da confluência do Rio Inhupaca com o Rio Passo Fundo, continua a subir por este, até a confluência como Arroio Palhamo.

SUL:

Começa na confluência do Rio Passo Fundo com o Arroio Palhamo, pelo qual sobe a confluência como Arroio Dutra, e por este, águas acima, até a sua nascente num pequeno lago. Deste modo segue por linha seca e reta de direção noroeste, até a Lagoa Bonita, nascente do Arroio Lagoa Bonita pelo qual desce até a confluência com o Rio Xadrez, e por este, águas abaixo até a confluência como Rio Ati - Assú, descendo por este até sua confluência com a sanga Talavera.

OESTE:

Começa na confluência do Rio Ati - Assú, com a Sanga Tavalera, pela qual sobe até a sua nascente norte, de onde se liga por linha seca e reta, de direção norte, à nascente da Sanga Alceu descendo por esta até a confluência como Arroio Turvinho, descendo também por este

até a confluência com a Sanga Guareschi e por esta, águas acima, até a sua nascente noroeste de onde se liga por linha seca e reta, de direção noroeste, à nascente da Sanga Israel e por águas abaixo até a confluência como Arroio da Cascata, deste ponto desce por esta sanga até a confluência com o Arroio Bonito e por este, águas acima, até a estrada vicinal que vai a faixa Annoni, segue por esta, com direção geral oeste, até a sua intersecção com a faixa Annoni, de onde continua por linha seca e reta de direção noroeste, à nascente da sanga do Sanchs e por esta, águas abaixo, até a sua confluência do Lajeado do Engenho, pelo qual desce até a confluência como Arroio Campo Redondo. Desce por esse arroio, passando no seu percurso pelo centro de um açude, até a ponte sobre o Arroio Sepaitura; sobe por este, passando no seu percurso pelo centro das Barragens Annoni, até a sua confluência com a Sanga Petico e por esta, águas acima, até sua nascente junto a RS-324, pela qual segue em direção geral a noroeste, até o ponto frontal à nascente da Sanga Holanda.

*Palácio Piratini, em Porto Alegre, 20 de março de 1992.*

*Fonte: Lei Orgânica do Município de Pontão/Junho 1993.*

O município de Pontão está localizado no Planalto Médio do Estado do Rio Grande do Sul, em uma altitude de 684 m acima do nível do mar. Distancia-se 40 km do município polo regional de Passo Fundo, 35 km do município de Carazinho, 35 km do município de Sarandí e 37 km do município de Ronda Alta. As vias de acesso à Passo Fundo e Ronda Alta são asfaltadas, as de acesso à Sarandí (Natalino), Coqueiros do Sul e Quatro Irmãos são ensaiçadas e de difícil acesso em períodos chuvosos.

Data de Emancipação: 20 de março de 1992.

Distância da capital: 320 km

Área do município: 505 km<sup>2</sup>

Altitude: 684 m

Limites do Município:

Sul: limita-se com o município de Passo Fundo;

Norte: limita-se com o município de Ronda Alta e Sarandí;

Leste: limita-se com o município de Sertão, Quatro Irmãos, Ipiranga do Sul e Coxilha;

Oeste: limita-se com o município de Coqueiros do Sul.

- Data da Instalação: 1º de janeiro de 1993.
- População - Área Urbana: 1.080
- População - Área Rural: 2.823

- População total: 3.904 (Senso Demográfico 2007)
- Composição Étnica da População: O Município de Pontão tem como origem principal, famílias descendentes de italianos, embora se constitui embora o cabloco e algumas famílias alemãs.
- Distrito: Sagrisa
- Temperatura média do ano: 22° C
- Temperatura máxima: 28° C
- Temperatura Mínima: 15° C
- Acessos Rodoviários: Pontão se caracteriza como um ponto de travessia ou de ligação com Passo Fundo, Ronda Alta e Sarandi, através de ligação asfáltica.

### 5.1 DEMOGRAFIA

Distribuição da população por grupo etário:

Grupo Etário	Masculino	Feminino	Total
Menor de 1 ano	30	44	74
Menor de 05 anos	175	186	361
5 a 9 anos	216	184	400
10 a 14 anos	203	194	397
15 a 19 anos	207	195	402
20 a 29 anos	309	261	570
30 a 39 anos	287	315	602
40 a 49 anos	277	234	511
50 a 59 anos	189	152	341
60 a 69 anos	151	132	283
80 anos a mais	18	19	37

### 5.2 População rural e urbana

	1970		1980		1991		1996		2000	
	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana
Feminino	-	-	-	-	-	-	1.401	422	1.337	535
Masculino	-	-	-	-	-	-	1.548	415	1.487	545
Total	-	-	-	-	-	-	2.949	837	2.824	1.080

Fonte: IBGE – Censo Demográfico



### 5.3 Número de domicílios

5.4 Domicílios urbanos: 319

5.5 Domicílios rurais: 737

5.6 Total de domicílios: 1.056

### 6 Número de moradores por domicílio particular permanente

Número de moradores	Urbana (n.º de domicílios)	Rural (n.º de domicílios)
1 morador	31	35
2 moradores	65	108
3 moradores	79	185
4 moradores	81	201
5 moradores	37	123
6 moradores	17	50
7 moradores	5	18
8 moradores	2	11
9 moradores	1	3
10 moradores	-	2
11 moradores	1	1
12 moradores	-	-
13 moradores	-	-
14 moradores	-	-
15 moradores ou mais	-	-

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000.

### 7 Eleitores

7.1 Total: 3.195

7.2 Masculino: 1.706 (53,40 %)

7.3 Feminino: 1.489 (46,60 %)

7.4 Analfabetos: 155 (4,85 %)

7.5 Menores: 111 (3,47 %)

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (atualização em 30/11/2002).

## 8 Grupos de idade

Grupos de idade	Urbana (n.º de pessoas)	Rural (n.º de pessoas)
0 a 4 anos	114	247
5 a 9 anos	110	290
10 a 14 anos	111	286
15 a 19 anos	88	314
20 a 24 anos	94	188
25 a 29 anos	94	194
30 a 34 anos	90	208
35 a 39 anos	87	217
40 a 44 anos	61	210
45 a 49 anos	53	187
50 a 54 anos	42	153
55 a 59 anos	34	112
60 a 64 anos	51	69
65 a 69 anos	17	50
70 a 74 anos	18	42
75 a 79 anos	6	30
80 a 84 anos	5	11
85 a 89 anos	4	11
90 a 94 anos	1	4
95 a 99 anos	-	0
100 anos ou mais	-	1

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000.

## 9 Classes de rendimento nominal mensal da pessoa responsável pelo domicílio em salários mínimos

Classe de rendimento	Urbana (n.º de pessoas)	Rural (n.º de pessoas)
Até ¼ de SM	2	1
Mais de ¼ a ½ SM	5	22
Mais de ½ a ¾ de SM	9	28
Mais de ¾ a 1 SM	56	151
Mais de 1 a 1 ¼ de SM	2	12

Mais de 1 ¼ a 1 ½ SM	27	66
Mais de 1 ½ a 2 SM	51	172
Mais de 2 a 3 SM	46	88
Mais de 3 a 5 SM	58	81
Mais de 5 a 10 SM	46	62
Mais de 10 a 15 SM	3	14
Mais de 15 a 20 SM	1	9
Mais de 20 a 30 SM	-	4
Mais de 30 SM	6	16
Sem rendimento	7	11

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000.

### 10 Anos de estudo da pessoa responsável pelo domicílio

Anos de estudo	Urbana (n.º de pessoas)	Rural (n.º de pessoas)
Sem instrução e < de 1 ano	26	73
1 ano	16	28
2 anos	16	41
3 anos	34	79
4 anos	93	304
5 anos	42	87
6 anos	20	29
7 anos	9	28
8 anos	21	39
9 anos	6	1
10 anos	2	10
11 anos	26	15
12 anos	3	-
13 anos	-	1
14 anos	-	1
15 anos	2	-
16 anos	3	1
17 anos ou mais	-	-
Não determinados	-	-

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000.

**Abastecimento de água, saneamento e destino final do lixo, são apresentados a seguir:**

Abastecimento de água e esgotamento sanitário

**1. Abastecimento de água – Situação Rural**

- 1.1 Rede geral – canalizada em pelo menos um cômodo: 5 domicílios
- 1.2 Rede geral canalizada só na propriedade ou terreno: 0
- 1.3 Poço ou nascente na propriedade – canalizada em pelo menos um cômodo: 619 domicílios
- 1.4 Poço ou nascente na propriedade – canalizadas só na propriedade ou terreno: 26 domicílios
- 1.5 Poço ou nascente na propriedade – não canalizada: 17 domicílios
- 1.6 Outra forma – canalizada em pelo menos um cômodo: 70 domicílios
- 1.7 Outra forma – canalizada só na propriedade ou terreno: 0 domicílio
- 1.8 Outra forma – não canalizada: 0 domicílios

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000.

**2. Tipo de esgotamento sanitário – Situação rural**

- 2.1 Rede geral de esgoto ou pluvial: 0
- 2.2 Fossa séptica: 90
- 2.3 Fossa rudimentar: 531 domicílios
- 2.4 Vala: 20 domicílios
- 2.5 Rio ou lago: 2 domicílios
- 2.6 Outro escoadouro: 71 domicílio
- 2.7 Não tinham banheiro nem sanitário: 23 domicílios

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000.

Nota:

- Rede geral – canalizada - água proveniente de uma rede geral de distribuição;
- Poço ou nascente – domicílio servido por água proveniente de poço ou nascente;

- Outra forma – canalizada - domicílio servido por água canalizada de reservatório ou caixa;
- Rede de esgoto ou pluvial - quando a canalização das águas servidas e dos dejetos, provenientes do banheiro ou sanitário, estiver ligada a um sistema de coleta que conduz para desaguadouro geral da área, região ou município, mesmo que o sistema não disponha de tratamento da matéria esgotada;
- Fossa séptica - quando as águas servidas e os dejetos, provenientes do banheiro ou sanitário, forem esgotadas para uma fossa, onde passam por um processo de tratamento ou decantação, sendo a parte líquida absorvida no próprio terreno;
- Fossa rudimentar - quando os dejetos, provenientes do banheiro ou sanitário, forem esgotadas para uma fossa rústica ou fossa negra, poço, buraco, etc.;
- Vala - quando os dejetos, provenientes do banheiro ou sanitário, forem esgotadas diretamente para uma vala a céu aberto;
- Rio, lago - quando os dejetos, provenientes do banheiro ou sanitário, forem esgotados diretamente para um rio ou lago;
- Outro escoadouro - quando o escoadouro de dejetos não se enquadra nas categorias descritas anteriormente;
- Não tinham banheiro nem sanitário - considera-se como banheiro o cômodo destinado a banho, que também dispõe de vaso sanitário ou buraco para dejetos, e sanitário o cômodo ou local limitado por paredes de qualquer material, coberto ou não, que disponha de vaso sanitário ou buraco para dejetos.

## **SANEAMENTO x LIXO**

Os perímetros rural e urbano do município são abastecidos por água potável, de poço artesiano, sendo três na zona urbana e treze na zona rural, sendo que 100% das residências urbanas e 98% das residências rurais são abastecidas destes postos. Nos três poços que abastecem a cidade é realizado tratamento diretamente no poço, através de empresa legalizada para esta finalidade, com controle diário de flúor, e análises físico-química e bacteriológica mensal. Nos poços do interior a coleta para análise bacteriológica é feita mensalmente, sendo que cada poço envia anualmente no mínimo sete exames.

Nos últimos 10 anos, o saneamento básico teve resultados avançados, sendo que a maioria das residências rurais e 100% da urbana possui água potável para consumo, poço negro ou fossa séptica como esgoto sanitário. No sistema de esgoto sanitário, está aprovado o projeto da estação de tratamento com recursos do Governo Federal através da FUNASA, para

a rede de esgoto sanitário e pluvial, sendo que atualmente a rede chega a 80% das residências da zona urbana.

A coleta e destinação do lixo doméstico e industrial têm cobertura em 100% das residências urbanas, coletadas através de uma empresa contratada para esta finalidade duas vezes por semana, sendo a coleta separada entre o lixo doméstico e hospitalar.

Devido a localização geográfica e topográfica, com relevo pouco ondulado o município não possui áreas de riscos para alagamentos, inundações, desabamentos, erosão, residências as margens das rodovias e outros riscos a população.

No município de Pontão o lixo é coletado pela empresa prestadora de serviços C.L.S – Serviços e Comércio LTDA. do município de Palmeira das Missões/RS. A Empresa é responsável, pela coleta, transporte, classificação, reciclagem e disposição final do lixo doméstico, de acordo com as normas ambientais de resíduos sólidos e urbanos (lixo), devidamente acondicionados, para a empresa em sua sede. Sendo que esta dispõe de aterro sanitário e usina de triagem, devidamente licenciados por órgão ambiental. O veículo utilizado para o transporte é um caminhão cujas condições são apropriadas. A coleta realizada as segundas-feiras e as quintas-feiras, é sem critérios, ou seja, não há separação na fonte geradora.

No entanto, apesar de ter-se um destino adequado para o lixo gerado em nosso Município, sabe-se que grande parte poderia ser reutilizada (roupas, sucatas de móveis) ou reciclados (papel, vidros, plásticos, metais).

Nesta perspectiva a implementação do Projeto de coleta seletiva do lixo e reciclagem, visa atender ao sistema municipal de limpeza urbana e rural, tratando das questões ambientais de forma comprometida com vistas a uma sociedade mais preservada e com melhor qualidade de vida.

No caso da reciclagem, faz-se necessário, além da coleta seletiva, a implantação de oficinas para confecção de novos produtos utilizando como matéria prima os materiais descartados. Assim só o que realmente não pode ser aproveitado é encaminhado a reciclagem.

A coleta seletiva do lixo gerado em nosso Município quando implantada, pode tornar-se uma importante alternativa de renda, de novos produtos e de qualidade de vida.

## ASPECTOS EDUCACIONAIS DO MUNICÍPIO DE PONTÃO

### ENSINO GERAL:

Taxa de alfabetização de adultos	95,00%
Taxa de analfabetismo	8,05%
Taxa bruta de frequência escolar	79,40%

### ENSINO INFANTIL:

Estabelecimentos	Nº de estabelecimentos	Nº de educandos
Estabelecimentos estaduais	<u>0</u>	<u>0</u>
Estabelecimentos municipais	<u>1</u>	<u>76</u>

### ENSINO FUNDAMENTAL:

Estabelecimentos	Nº de estabelecimentos	Nº de educandos
Estabelecimentos estaduais	<u>2</u>	<u>133</u>
Estabelecimentos municipais	<u>5</u>	<u>515</u>
<u>EJA – E. Fundamental - municipal</u>	<u>1</u>	<u>65</u>

### ENSINO MÉDIO:

Estabelecimentos	Nº de estabelecimentos	Nº de educandos
Estabelecimentos estaduais	<u>1</u>	<u>273</u>
Estabelecimentos municipais	<u>0</u>	<u>0</u>

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (2006)

## ASPECTOS ECONÔMICOS DO MUNICÍPIO DE PONTÃO

A economia do município baseia-se principalmente na área da agricultura, destacando-se as culturas de extração vegetal definidas das seguintes formas:

\*Culturas Temporárias:

Cultura de Inverno: Trigo, cevada, aveia branca, aveia preta e azevém, utilizado para o pastoreio do gado leiteiro e de corte.

Cultura de Verão: Soja, milho, milheto, aveia de verão etc.

Cultura de Extração Vegetal: araucária (extração do pinhão) e erva mate.

## ASPECTOS DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PONTÃO

### **Ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde:**

A SMS (Secretaria Municipal da Saúde) é composta por 53 funcionários nomeados e contratados como pessoa física ou jurídica, dividido nos mais diversos setores, entre eles:

1. Composição de Secretaria Municipal da Saúde:

1.1 – PSF (Programa de Saúde da Família), (duas equipes – 20 funcionários). São eles: 02 médicos; 02 enfermeiras; 02 técnicos em enfermagem; 02 dentistas; 02 atendentes de consultório dentário; 10 agentes comunitários.

RECEPÇÃO: Na recepção são distribuídas as senhas para agendamento e encaminhamento de pacientes.

VIGILÂNCIA SANITÁRIA: Controle de qualidade da água (análises, limpeza das caixas), fiscalização nos estabelecimentos comerciais com vendas de gêneros alimentícios, fiscalização nos esgotos sanitários, controle do mosquito da dengue, destino do lixo. É realizada também uma visita/ano por estabelecimento e enviado anualmente 48 amostras de água para análise.

SAÚDE DO TRABALHADOR: Notificação de acidentes de trabalho, tanto para os trabalhadores da agricultura quanto os da cidade que chegam ao posto com qualquer tipo de acidente.

SAÚDE DA MULHER:

- Consulta Ginecológica: Duas vezes por semana;
- Pré-Natal: Acompanhamento das gestantes com no mínimo 07 consultas durante a gestação, realização dos exames de laboratório e ultra-som; são atendidas 16 gestantes por semana.
- Preventivo: Coleta de material para preventivo de câncer do colo do uterino, sendo realizado em média 70 preventivos por mês.

IMUNIZAÇÃO (Vacina): Vacinas de rotina todos os dias na UBS (Unidade Básica de Saúde) da sede, procede também um segmento realização de campanhas nacionais de vacinação.

SAÚDE BUCAL:



- Crianças: Acompanhamento com trabalho preventivo nas escolas e atendimento curativo nos consultórios dentários, sendo realizado uma média mensal de 165 atendimentos coletivos nas escolas.

- Adultos: Atendimento curativo nos consultórios dentários. Foram atendidos em média 335 pacientes nos consultórios todos os meses.

SISVAN (Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional): Acompanhamento de crianças de 0 a 12 anos e todas as gestantes.

HIPERDIA: Cadastramento e acompanhamento dos diabéticos e hipertensos através de consultas, reuniões para orientação, medicamentos exames de eletrocardiograma e outras ações.

FARMÁCIA BÁSICA: São 104 itens de medicamentos básicos como obrigação do município para distribuir, mas o município está trabalhando com mais de 300 itens.

DST/AIDS: Trabalho coletivo de orientação, em convênio com a BEFAM, para trabalho de orientação, formação profissional, distribuição de métodos contraceptivos (Pílulas, Camisinhas e DIU).

SAÚDE MENTAL: Atendimento individual aos pacientes depressivos, atenção especial com acompanhamento aos pacientes egressos dos hospitais psiquiátricos e grupos para os pacientes alcoólatras.

#### Convênios Hospitalar e Ambulatorial

Por não possuir hospital no município os pacientes são encaminhados perante convênios com os hospitais: São Vicente de Paulo, Hospital da Cidade, Hospital de Olhos e Bezerra de Menezes de Passo Fundo, e o Hospital dos Trabalhadores de Ronda Alta, sendo que são encaminhados no mesmo atendimento de média complexidade (Clínica médica, cirurgia geral, pediatria e psiquiatria. No Hospital de Olhos os atendimentos Oftalmológicos, no Bezerra de Menezes na área da Psiquiatria, e nos Hospitais São Vicente de Paulo e da Cidade são realizados atendimentos de média e alta complexidade.

OBS: Estes hospitais são referência regional e micro-regional, conforme definição das coordenadorias regionais de saúde de Passo Fundo e Palmeira das Missões. As autorizações de Internação Hospitalar (AIHs), são autorizadas pelo médico revisor da Secretaria Municipal da Saúde, após a análise do laudo médico apresentado pelo hospital.

PRINCIPAIS CAUSAS DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

<u>Diagnóstico da Internação</u>	<u>2001</u>	<u>2002</u>	<u>2003</u>	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>Total</u>
Insuficiência Respiratória Aguda	31	74	37	38	27	207
Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica	49	41	19	37	14	160
Parto Único Espontâneo	44	32	33	19	21	149
Insuficiência Cardíaca Congestiva	18	14	30	46	20	128
Pneumonias (geral)	41	38	8	14	8	109
Parto Cesário	22	13	9	18	16	78
Fraturas (geral) mãos, pés, braços, etc.	9	8	15	9	11	52
Extração Menstrual	4	9	6	2	3	24
Outras doenças – Cérebro Vascular	6	3	6	5	2	22
Anemia	6	9	4	1	2	22
Crise Asmática	14	0	3	4	0	21
Orquidopexia	3	11	3	3	0	20
Broncopneumonia	7	7	1	1	3	19
Insuficiência Hepática	3	8	3	0	3	17
Septicemia (Clínica médica)	4	4	1	3	4	16
Colicistectomia	2	7	5	0	2	16
Otite Média	2	7	4	1	1	15
Bronquite Aguda	5	1	4	3	1	14
Pielonefrite	0	10	0	1	3	14
Infarto Agudo do Miocárdio	2	3	4	0	5	14
Herniorafia	0	9	0	3	1	13
Doença do Refluxo Gastresofágico	7	0	5	0	1	13
Laparotomia Exploradora	1	4	1	5	1	12
Ruptura Prematura da Membrana	2	5	0	2	3	12
Septicemia Bacteriana	4	2	0	0	2	8
Síndrome da Angústia Respiratória	3	1	3	1	0	8
Incontinência Urinária	0	5	1	1	0	7
Diabetes	4	2	0	0	0	6

Fonte: Secretaria Municipal da Saúde/Pontão – RS.

## ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO SUA INFRA - ESTRUTURA E ASPECTOS CULTURAIS

O município de Pontão possui uma organização social estruturada da seguinte forma: uma sede municipal, um distrito municipal denominado “Sagrisa”, além de 15 comunidades do interior do município, sendo elas: São Miguel, Arvoredo, Passo Real, Linha Floresta, Santa Bárbara, 16 de Março, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora de Fátima, Rio Bonito Alto, Osvaldo Cruz, Lagoa Bonita, Bugre Morto, Pinheirinhos, Ati-Açú, Esquina Arvoredo.

As igrejas constituídas no município são 04, sendo a Igreja Católica, Igreja Assembléia de Deus, Igreja Adventista e Evangélica de Confissão Luterana do Brasil. Clubes esportivos e recreativos estão organizados em diversas comunidades do interior para jogos de futebol de campo e salão. Na cidade se encontra o estádio municipal de futebol de campo e outras atividades esportivas, e no ginásio municipal acontecem os jogos de futebol de salão e vôlei. Fazendo parte do tradicionalismo gaúcho contamos com o CTG (Recanto dos Tropeiros).

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Emater estão presentes nas atividades rurais junto aos associados, na busca de seus direitos enquanto agricultores, que também fazem parte da constituição de outras associações, cooperativas, e bancos de crédito rural. Os funcionários públicos municipais estão organizados através de seu sindicato, como entidade de classe. Também existem outras organizações sociais como clube de mães e grupos de idosos nas comunidades (Grupo Viver Bem).

## USO E OCUPAÇÃO DO SOLO RURAL E A AGROPECUÁRIA

### **Agropecuária:**

#### **1. Estabelecimentos**

- 1.1 Total: 577 estabelecimentos com 45.003 ha;
- 1.2 Familiares: 508 estabelecimentos com 18.773 ha;
- 1.3 Área média dos estabelecimentos familiares: 36,95 ha;
  - 1.3.1 Menos de 5 ha: 14
  - 1.3.2 Entre 5 e 20 ha: 286

- 1.3.3 Entre 20 e 50 ha: 121
  - 1.3.4 Entre 50 e 100 ha: 40
  - 1.3.5 Mais de 100 ha: 47
  - 1.4 Patronais: 69 estabelecimentos com 26.230 ha
  - 1.5 Área média dos estabelecimentos patronais: 380,14 ha
    - 1.5.1 Menos de 5 ha: 0
    - 1.5.2 Entre 5 e 20 ha: 14
    - 1.5.3 Entre 20 e 50 ha: 2
    - 1.5.4 Entre 50 e 100 ha: 0
    - 1.5.5 Mais de 100 ha: 53
  - 1.6 Outros estabelecimentos: nenhum
- Fonte: INCRA/FAO

## **2. Pessoas envolvidas no trabalho agropecuário**

- 2.1 Total: 2.256 pessoas
  - 2.2 Homens: 1.347
  - 2.3 Homens com menos de 14 anos: 142
  - 2.4 Mulheres: 909
  - 2.5 Mulheres com menos de 14 anos: 122
  - 2.6 Pessoal ocupado na agricultura familiar: 1.715 - pessoas
  - 2.7 Relação área por pessoa ocupada na agricultura familiar: 10,95 ha
  - 2.8 Pessoal ocupado na agricultura patronal: 541 pessoas
  - 2.9 Relação área por pessoa ocupada na agricultura patronal: 48,48 ha
- Fonte: IBGE (Censo Agropecuário 1995/96); INCRA/FAO.

## **3. Utilização das terras**

- 3.1 Lavouras permanentes: 268 ha
- 3.2 Lavouras temporárias: 32.542 ha
- 3.3 Lavouras em descanso: 979 ha
- 3.4 Pastagens naturais: 3.188 ha
- 3.5 Pastagens cultivadas: 2.297 ha
- 3.6 Matas naturais: 3.667 ha

3.7 Matas cultivadas: 898 ha

3.8 Terras produtivas não utilizadas: 149 ha

3.9 Terras inaproveitáveis: 1.014 ha

Fonte: IBGE (Censo Agropecuário 1995/96)

#### **4. Renda Agropecuária**

4.1 Renda agropecuária total: R\$ 10.708,000

4.2 Renda agropecuária da agricultura familiar: R\$ 4.842.000

4.3 Renda monetária da agricultura familiar: R\$ 3.342.000

4.4 Renda não monetária da agricultura familiar: R\$ 1.500.000

4.5 Renda agropecuária da agricultura patronal: R\$ 5.866.000

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (1995/96); INCRA/FAO

#### Notas:

- Agricultura familiar – no trabalho – Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto – Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO – foi delimitado o universo da agricultura familiar pelos estabelecimentos que atendiam simultaneamente as seguintes condições: a direção dos trabalhos do estabelecimento era exercida pelo produtor; o trabalho familiar era superior ao trabalho contratado; uma área máxima regional como limite superior para a área total dos estabelecimentos familiares. Esta área máxima equivale a 15 “módulo médio ponderado estadual”. A área máxima para a região Sul ficou em 280,5 ha.
- Estabelecimento agropecuário – todo terreno de área contígua, independente do tamanho ou situação (urbana ou rural), formado de uma ou mais parcelas, subordinado a um único produtor, onde se processasse uma exploração agropecuária.
- Lavouras permanentes: Área plantada ou em preparo para o plantio de longa duração, tais como laranja, uva, etc., que após a colheita não necessitassem de novo plantio.
- Lavouras temporárias: Abrangem as áreas plantadas ou em preparo para o plantio de culturas de curta duração (menor que um ano) e que necessitassem geralmente de um novo plantio após cada colheita. Incluíram-se nesta categoria as áreas de plantas forrageiras destinadas ao corte.

- Terras em descanso: Terras habitualmente utilizadas para plantio de lavouras temporárias, que em 31 de dezembro de 1995 encontravam-se em descanso, por prazo não superior a 4 anos em relação ao último ano de sua utilização.
- Pastagens naturais: Constituídas pelas áreas destinadas ao pastoreio de gado, sem terem sido formadas mediante o plantio, ainda que tenham recebido algum trato.
- Pastagens plantadas (cultivadas): Áreas destinadas ao pastoreio e formadas mediante plantio.
- Matas naturais: Formadas pelas matas e florestas naturais utilizadas para extração de produtos ou conservadas como reservas florestais.
- Matas cultivadas (plantadas): áreas plantadas ou em preparo para o plantio de espécies florestais (eucalipto, acácia-negra, pinheiro, etc.).
- Terras produtivas não utilizadas: Áreas que se prestavam à formação de culturas, pastos ou matas e não estivessem sendo utilizadas para tais finalidades. Foram incluídas as terras não utilizadas por período superior a quatro anos.
- Terras inaproveitáveis: Áreas imprestáveis para a formação de culturas, pastos ou matas, tais como banhados, areais, pedreiras, encostas íngremes, etc., e as formadas pelas áreas ocupadas com estradas, caminhos, construções, canais de irrigação, açudes, etc.
- A Renda Total (RT) é o VBP (+ receita agropecuária indireta como a venda de esterco e serviços prestados a terceiros + o valor da produção da indústria rural entendida como as atividades de transformação ou beneficiamento de produtos agropecuários produzidos no estabelecimento ou adquiridos de terceiros, efetuadas pelo produtor em instalações do próprio estabelecimento, comunitários ou através de terceiros por prestação de serviços), subtraído o valor das despesas totais. Portanto, levando em conta a produção para autoconsumo e a destinada ao mercado.
- Renda Monetária - Descontado da Renda Total o autoconsumo, teremos a Renda Monetária (RT – auto-consumo).
- Renda Não Monetária - é aquela destinada ao auto-consumo.
- Pessoal ocupado – a pesquisa do Censo Agropecuário (1995/96) sobre o pessoal ocupado abrangeu todas as pessoas, com ou sem remuneração que em 31.12.1995 encontravam-se executando serviços ligados às atividades do estabelecimento, exceto os que desempenhavam trabalhos por conta de empregadores.

## Produção Agropecuária

### 1. Produção de leite (mil litros) e vacas ordenhadas (cabeças)

Variável/Ano	1997	1998	1999	2000	2001
Produção	4.346	4.642	4.482	7.121	7.834
Vacas	2.120	2.200	2.176	3.391	3.264
Rendimento*	* 2.050	2.110	2.060	2.100	2.400

\* litros de leite/vaca/ano

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal

### 2. Rebanho suíno (cabeças)

Variável/Ano	1997	1998	1999	2000	2001
Suínos	5.470	5.453	5.600	3.567	3.120

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal

### 3. Rebanho bovino (cabeças)

Variável/Ano	1997	1998	1999	2000	2001
Bovinos	12.890	11.730	12.090	9.140	8.159

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal

### 4. Rebanho ovino (cabeças)

Variável/Ano	1997	1998	1999	2000	2001
Ovinos	2.528	2.460	2.510	744	648

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal

### 5. Cevada em grão: área colhida e produção

Variável/Ano	1997	1998	1999	2000	2001
Área colhida (ha)	2.000	2.000	1.900	1.900	1.600
Produção (t)	3.120	2.880	3.249	3.078	2.880

Rendimento (kg/ha)	1.560	1.440	1.710	1.620	1.800
--------------------	-------	-------	-------	-------	-------

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

#### 6. Milho em grão: área colhida e produção

Variável/Ano	1997	1998	1999	2000	2001
Área colhida (ha)	8.000	7.000	7.300	9.000	10.000
Produção (t)	24.480	33.600	17.520	32.400	48.000
Rendimento (kg/ha)	3.060	4.800	2.400	3.600	4.800

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

#### 7. Soja em grão: área colhida e produção

Variável/Ano	1997	1998	1999	2000	2001
Área colhida (ha)	29.000	31.000	31.000	22.000	21.000
Produção (t)	52.200	74.400	52.080	44.880	50.400
Rendimento (kg/ha)	1.800	2.400	1.680	2.040	2.400

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

#### 8. Trigo em grão: área colhida e produção

Variável/Ano	1997	1998	1999	2000	2001
Área colhida (ha)	2.500	2.000	1.500	1.500	2.000
Produção (t)	3.500	2.880	2.700	2.550	3.600
Rendimento (kg/ha)	1.400	1.440	1.800	1.700	1.800

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

#### 9. Feijão em grão: área colhida e produção

Variável/Ano	1997	1998	1999	2000	2001
Área colhida (ha)	400	230	330	330	350
Produção (t)	245	139	270	254	375
Rendimento (kg/ha)	612.5	604.34	818.18	769.69	1.071.42

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal



## 10. Erva-mate (folha verde): área colhida e produção

Variável/Ano	1997	1998	1999	2000	2001
Área colhida (ha)	40	40	40	40	40
Produção (t)	480	480	440	440	440

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

## 11. Laranja: área colhida e produção (mil frutos)

Variável/Ano	1997	1998	1999	2000	2001
Área colhida (ha)	40	15	15	15	15
Produção (mil frutos)	2.000	750	1.050	1.050	210

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

## PRINCIPAIS EVENTOS E ATRATIVOS TURÍSTICOS

### ✓ PARQUE MUNICIPAL DA SAGRISA

Parque Municipal da Sagrisa destaca-se na Região devido a sua infra-estrutura e beleza natural. Possui uma extensa área de mata nativa que oferece uma beleza natural, além da presença do viveiro municipal, que oferece mudas de árvores nativas para distribuição em escolas e comunidades do município.

### ✓ CAMPING ZAMBIASI

O Camping está localizado na Fazenda Annoni no Assentamento 16 de Março, possui uma ampla área para lazer e prática de esportes (Futebol de campo, vôlei de areia, piscinas, etc.), além da grande vantagem da ampla vista da barragem que proporciona a pesca e a distração nas áreas de lazer e entretenimento.

### ✓ CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS (C. T. G.)

Recanto dos Tropeiros, com sede própria para eventos e bailes.

### ✓ MUSEU E BIBLIOTECA MUNICIPAL

O Museu Municipal juntamente com a biblioteca pública estão situados no centro da cidade proporcionando cultura aliada ao bem-estar dos seus visitantes por estarem situados na praça pública municipal, com amplo espaço físico e de caráter inovador.

### **PRINCIPAIS EVENTOS E DATAS COMEMORATIVAS**

- ❖ 17 de Janeiro – Dia do Padroeiro Santo Antônio
- ❖ 20 de Março – Aniversário do Município
- ❖ 25 de Junho – Dia do Colono e Motorista
- ❖ 28 de Outubro – Dia do Funcionário Público

### ✓ FESTA JUNINA MUNICIPAL

Programação é realizada no mês de junho, reunindo escolas e comunidade em geral, sendo esta festa típica e popular, com costumes da região (comida, bebidas e brincadeiras).

### ✓ BAILE - FESTIVAL DO CHOPP

Evento realizado no mês de Dezembro reúne um grande público, cerca de 5000 pessoas.

### ✓ FEIRA MUNICIPAL – EXPO PONTÃO

Evento que contempla a Prefeitura Municipal de Pontão por seu caráter administrativo e inovador, pois a feira está interligada com todos os setores do comércio em geral (agricultura, agroindústria, vestuário, etc.)

### ✓ JANTAR DO PEIXE

Integração que se segue de forma organizada interagindo com todos os setores administrativos da cidade. É um evento tradicional de grande qualidade e participação da população local e regional.

## ✓ SEMANA FARROUPILHA

Evento que interage em todo o estado do Rio Grande do Sul – Tradição típica tradicionalista dos gaúchos do estado. O município de Pontão comemora a semana Farroupilha com muitas festividades no CTG Recanto dos Tropeiros, com apresentações de grupos de danças, comidas típicas e muita animação.

## MEIO NATURAL

### BIOMAS E FORMAS DE VEGETAÇÃO

#### FLORA

O território gaúcho, se levarmos em conta o que diz o Inventário Florestal do Estado do Rio Grande Sul, conta com aproximadamente 17,53% de florestas nativas, sendo que destas 13,50% se apresentam como de florestas naturais em estágio avançado e médio de regeneração e aproximadamente 4,03% de florestas nativas apresentando-se em estágio inicial de desenvolvimento.

O levantamento mostrou o que para muitos foi uma surpresa, ou seja: houve uma significativa recuperação da floresta natural no Estado do rio Grande do Sul. Só que se formos analisar os motivos deste aumento, chegaremos à conclusão que o aumento de cobertura vegetal nativa deu-se principalmente pelo abandono das áreas mais difíceis de serem cultivadas, principalmente pela descapitalização da agricultura e pela redução da mão-de-obra no meio rural. Outro fator que com certeza contribui pra o aumento desta cobertura deveu-se ao maior rigor da legislação pertinente em por uma maior sensibilização dos proprietários sobre a importância das florestas para o meio ambiente.

De uma maneira geral, podemos considerar que as áreas em processo de recuperação encontram-se em fase inicial de regeneração de florestas secundárias, onde predominam espécies pioneiras e secundárias iniciais, com grande importância para o ambiente e para a fauna.

## Formação Florestal do Planalto Médio:

### Formação Florestal do Alto Jacuí:

Na Região do alto Jacuí de uma maneira geral pode-se observar a predominância de campos, bem pobres na região de arenito, com matas de galeria. Há a presença de áreas com pinhais fechados, ao Leste do Jacuí. Nas partes inclinadas dos vales ocorrem florestas latifoliadas.

No Sul onde há transição para a Depressão Central são as florestas latifoliadas que ocupam a borda do planalto numa faixa que se alarga de Jaguarí, passando por Mata, São Pedro do Sul, Santa Maria, até o vale do Jacuí (Inventário Florestal Nacional, 1983).

### Características da Vegetação da Região de Pontão

O município de Pontão está localizado na região do Planalto Médio que é limitado ao Norte pela região do Alto Uruguai, ao Sul pela região do Alto Uruguai e ao Oeste pela região da Depressão Central.

Na região onde esta localizada o Município de Pontão, encontra-se, formações vegetais da Floresta Ombrófila Mista, Floresta de Galeria que acompanha o curso d'água.

A floresta de galeria é densa, alta e estreita, tendo como principais espécies originais o açoita-cavalo (*Luehea divaricata*), a pitangueira (*Eugenia uniflora*), o pessegueiro-bravo (*Prunus sellowii*), e a aroeira-vermelha (*Schinus terebinthifolius*) entre outras. São na verdade, formações florestais, que acompanham os cursos de água começando sub-arbustivas nas fontes, desenvolvendo-se em matilhas na encosta seca e rochosa e terminando em matas de regular extensão e altura, de acordo com o volume de água e dos terrenos de aluvião.

As galerias limitadas às margens e à zona de inundação compõem-se de exemplares da flora riograndense comum nas ribanceiras, como: sarandis (*Terminalia australis*), unha-de-gato (*Acacia bonariensis*), camboim (*Myrcia multiflora*) e outras mirtáceas. De mistura crescem arbustos pertencentes à formação de parques, como branquilha (*Sebastiania commersoniana*), sombra-de-touro (*Iodina rhombifolia*). Em menor escala ocorre salgueiro (*Salix humboldtiana*), mata-olho (*Pouteria salicifolia*), corticeira-do-banhado (*Erythrina crista-galli*), bem como os aguapés (*Eichhornia crassipes* e *E. azurea*), chapéu-de-couro (*Echinodorus aschersonianus*) especialmente em lugares alagados.

Mais ao norte, próximo do Rio Passo Fundo, encontram-se fitas de galeria, semelhantes a da campanha; ao norte do mesmo rio, tais anteparos, dada a maior umidade do terreno e o desenvolvimento mais viçoso da vegetação, já são mais raros; ao leste os cordões secos reduzem-se a trechos muito pequenos no curso superior dos arroios. Todas estas galerias são francamente palustres.

As espécies encontradas atualmente pelo Inventário Florestal do Rio Grande do Sul foram *Sebastiania commersoniana* (branquilha), *Luehea divaricata* (açoita-cavalo), *Syagrus romanzoffiana* (jerivá), *Parapiptadenia rigida* (angico-vermelho), *Allophylus edulis* (chalchal), *Chrysophyllum marginatum* (aguai), *Casearia sylvestris* (chá-de-bugre), *Sebastiania brasiliensis* (branquilha-leiteiro), *Eugenia uniflora* (pitangueira), *Nectandra megapotamica* (canela-preta), Timbó (*Ateleia glazioveana*) entre outras .

Já a floresta ombrófila mista, que se mistura à savana, no planalto é formada de espécies de araucária (*Araucaria angustifolia*), no estrato emergente, as canelas (*Ocotea sp*), Camboatás (*Cupania sp*), Pinheiro Bravo (*Podocarpus lamberti*) e o pessegueiro-bravo (*Prunus sellowii*) no estrato dominante. Na submata, a aroeiras (*Schinus mole e terebinthifolius*), o guamirim (*Gomidesia palustris*), o Cambuí (*Myrciaria sp*), e a erva-mate (*Ilex paraguarienses*) entre outras.

A floresta nativa do planalto basáltico com ocorrência de araucária tem algumas características próprias. Nela, o pinheiro-brasileiro (*Araucaria angustifolia*) apresenta grande participação, especialmente no andar superior. Dada a estrutura do pinheiro, de maior espaçamento entre os indivíduos arbóreos, a floresta não é densa, embora no Rio Grande do Sul não ocorra na sua forma pura. Um segundo estrato é formado por espécies de menor porte, e o terceiro é tipicamente arbustivo. Na verdade, o pinheiro está associado na floresta subtropical caducifólia. O caráter decidual da floresta é sazonal, de inverno.

### **Descrição detalhada Vegetação do Município:**

Apesar das grandes modificações que transformaram a maior parte da vegetação nativa em áreas de cultivos anuais, pode-se considerar que o município de Pontão ainda possui uma boa área de cobertura nativa, com boa diversidade de espécies nativas, inclusive encontram-se aqui algumas espécies consideradas em extinção no Estado e até mesmas espécies protegidas por Lei como as espécies pertencentes ao gênero *Erythrina* e ao gênero *Ficcus*; A Corticeira do banhado (*Erythrina crista-galli*), com diversos exemplares que compõe os resquícios de vegetação ciliar de afluentes do Rio Jacuí e também dispersos; Corticeira-da-serra (*Erythrina*

*falcata*) encontra-se em menor proporção em nossas matas; espécies do gênero *Ficus* podem ser encontradas no meio rural do Município. Também é considerável a presença em nossas matas de espécies pertencentes ao gênero *Ocotea*, e a espécie *Gleditsia amorphoides* (sugará) que estão na lista de espécies da flora ameaçadas de extinção do Rio Grande do Sul.

Destacamos que o município foi atingido nos últimos anos por fortes ventos, destruindo próximo da divisa com o município de Ronda Alta, grandes extensões de matas, modificando sensivelmente a formação e a composição típica da Floresta Ombrófila Mista. Embora não tenhamos dados oficiais, podemos afirmar que, significativa quantidade de pinheiros foi destruída, e que com certeza, contribuiu para modificar a característica original da mata na região sul do Município.

#### **Dentre as principais espécies encontradas destacam-se:**

Alecrim (*Holocalix balansae*); Butiá (*Butia capitata*); Bálsamo (*Myrocarpus frondosus*); Coqueiro (*Butia yatay*); Fumo-brabo (*Solanum erianthum*); Grápia (*Apuleia leiocarpa*); Guabiju (*Myrcianthes pungens*); Guamirim (*Calyptranthes sp.*); Unha-de-gato (*Acacia bonariensis*); Vacuum (*Allophylus guaraniticus*); Pinheiro-brasileiro (*Araucaria angustifolia*); Capororocão (*Myrsine umbellata*); Cedro (*Cedrela fissilis*); Aroeira-piriquiteira (*Schinus molle*); Branquilha (*Sebastiania commersoniana*); Angico-branco (*Albizia niopoides*); Aroeira vermelha (*Schinus terebinthifolius*); Angico-vermelho (*Parapiptadenia rigida*); Urtigão-do-mato (*Urera baccifera*); Chal-chal (*Allophylus edulis*); Goiaba-do-campo (*Feijoa selowiana*); Guamirinzinho (*Gomidesia palustris*); Angico (*Albizia sp.*); Timbaúva (*Enterolobium contortisiliquum*); Sete-capotes (*Campomanesia guazumifolia*); Louro (*Cordia trichotoma*); Angiquinho (*Calliandra tweediei*); Cipó-umbú (*Seguieria aculeata*); Guabiroba (*Campomanesia xanthocarpa*); Erva-mate (*Ilex paraguariensis*); Araçá-amarelo (*Psidium cattleianum*); Branquilha-comum (*Sebastiania commersoniana*); Açoita-cavalo (*Luehea divaricata*); Pitangueira (*Eugenia uniflora*); Guajuvira (*Patagonula americana*); Timbó (*Ateleia glazioviana*); Canela (Gêneros *Nectandra sp.* e *Ocotea sp.*); Leiteiro (*Sapium glandulatum*); Canjerana (*Cabrlea canjerana*); Chá-de-bugre (*Casearia sylvestris*); Cerejeira-do-mato (*Eugenia involucrata*); Maricá (*Mimosa bimucronata*); Figueira (*Ficus sp.*); Pata-de-vaca (*Bauhinia forficata*); Laranjeira-do-mato (*Actinostemon concolor*); Embaúva (*Cecropia glaziovii*); Araticum (*Rollinia rugulosa*); Xaxim (*Alsophila sp.*); Ipê-roxo (*Tabebuia avellanadae*); Mamoeirinho (*Carica quercifolia*); Não-me-toque (*Dasyphyllum spinescens*); Pimenta (*Capsicum annuum*); Camboatá-vermelho (*Cupania vernalis*); Uvaíva

(*Eugenia pyriformis*); Ingá-feijão (*Inga marginata*); Cereja (*Eugenia involucrata*); Primavera (*Bougainvillea glabra*); Salseiro (*Salix humboldtiana*); Sete-sangrias (*Symplocos uniflora*); Camboim (*Myrciaria delicatula*); Cabreúva (*Myrocarpus frondosus*); Capororocão (*Myrsine umbellata*); Vassourão-branco (*Piptocarpha angustifolia*); Pinheiro-bravo (*Podocarpus lambertii*); Pessegueiro-bravo (*Prunus sellowii*); Araçá (*Psidium cattleianum*); Sabugueiro (*Sambucus australis*); Ipê-ouro (*Tabebuia alba*); Ipê-da-várzea (*Tabebuia umbellata*); Tarumã (*Vitex megapotamica*); Mamica-de-cadela (*Zanthoxylum rhoifolium*), Canafistula (*Peltophorum dubium*), entre outras. Apresenta também boa diversidade de Lianas, pteridófitas e epífitas, destacando a presença de bromeliáceas em local de mata mais densa.

#### Dentre as espécies exóticas, destacam-se:

*Houvenia dulcis* (Uva-do-japão); *Citrus* sp. (Laranjeira, bergamoteira); *Eriobotrya japonica* (Nespera); *Melia azedarach* (Cinamomo); *Psidium guajava* (Goiabeira); *Morus nigra* (Amoreira-vermelha); *Platanus acerifolia* (Plátano); *Prunus persica* (Pessegueiro); *Persea americana* (Abacateiro); *Eucalyptus* sp. (Eucalipto); *Pinus* sp. (Pinus); Acácia Negra, Kiri, entre outros.

### FAUNA DO RIO GRANDE DO SUL

A rica fauna mastozoológica do Rio Grande do Sul lamentavelmente é pouco conhecida, com mais de 140 espécies registradas, e aproximadamente 35% do total conhecido no Brasil. A maioria dos mamíferos apresenta hábito noturno ou vivem escondidos em abrigos permanentes ou temporários, como é o caso dos roedores (Ordem Rodentia), morcegos (Ordem Chiroptera), tatus (Ordem Edentata), marsupiais pequenos como a cuíca (*Caluromys lanatus*), e o gambá (*Didelphis* sp), sua presença é revelada pelos restos de repasto, tocas, ninhos, fezes, odor, sons e pegadas.

Até 1993 foram registradas 610 espécies de aves no Rio Grande do Sul, sendo que 466 são nidificantes no estado; 62 espécies são migrantes que não nidificam aqui, mas que aparecem regularmente, onde passam espaços variáveis de tempo durante o período anual de repouso sexual; 70 espécies são classificadas arbitrariamente como acidentais, tendo sido registradas raramente; 12 espécies foram encontradas aqui no passado, mas devido à falta de informações presume-se que elas estejam extintas no estado.

## FAUNA DO MUNICÍPIO DE PONTÃO

O Estado do Rio Grande do Sul é formado, basicamente, pelos Biomas Mata Atlântica e Pampa, sendo que este último ocupa 63% do território estadual. Hoje reconhece-se que resguarda espécies raras de fauna e flora, animais endêmicos e outras tantas espécies ainda desconhecidas, além de abrigar espécies de gramíneas, herbáceas e algumas árvores.

Levantamentos faunísticos de curta duração são relevantes, pois permitem a identificação preliminar da diversidade de espécies, bem como o valor biológico e o grau de conservação dos ecossistemas estudados.

A fauna da região caracteriza-se pela combinação de dois tipos: a fauna ocorrente em áreas abertas, como formações de campo nativo e capoeirões; e a fauna ocorrente em florestas fechadas, elementos fitogeográficos típicos da região, que oferecem condições para o estabelecimento de espécies com características, modo de vida e, muitas vezes, origem diferente, vindo a refletir na grande diversidade de espécies.

A fauna ocorrente no local é formada principalmente por aves, havendo em menor número mamíferos e répteis, com eventual presença de anfíbios.

Durante as observações realizadas no local, foram identificadas principalmente algumas aves, como Corruíras, Quero-quero, João-de-barro, Perdiz, Pombas e Sabiás. Sabe-se, por conhecimento da fauna regional, que no município de Pontão há ocorrência de exemplares de:

### Avifauna (Aves)

Andorinha-pequena-de-casa (*Notiochelidon cyanoleuca*); Anu-preto (*Crotophaga ani*), Beija-flor (*Hylocharis chrysura*), Bem-te-vi (*Pitangus sulphuratus*), Canário-da-terra-verdadeiro (*Sicalies flaveola*); Cardeal (*Paroaria coronata*), Caturrita (*Aratinga canicularis*), Chopim (*Gnorimopsar chopi*), Corruira (*Troglodyts aedon*), Corujinha-do-mato (*Otus choliba*), Ema (*Rhea americana*), Faisão (*Penelope jacquacu*) Garça-branca-pequena (*Egretta thula*), Gavião (*Buteo sp.*), Gralha-picaça (*Cyanocorax chrysops*), João-de-barro (*Furnarius rufus*), Nhanbu (*Crypturellus sp.*), Papagaio charão (*Amazona pretrei*), Papagaio verdadeiro (*Amazona aestiva*), Pardal (*Passer domesticus*), Perdiz (*Nothura maculosa*), Pica-pau (*Colaptes sp.*), Pombão (*Columba picazuro*), Pomba-rola branca (*Nothura maculosa*), Quero-quero (*Vanellus chilensis*), Rabo-de-palha (*Guira guira*); Rolinha (*Columbina sp.*), Rolinha-roxa (*Columbina talpacoti*), Sabiá (*Turdus sp.*), Sabiá-do-banhado (*Embernagra platensis*), Sabiá-do-campo (*Mimus saturninus*), Saracura (*Pardirallus sp.*), Socó-boi (*Tigrisoma*



*lineatum*), Tesourinha (*Tyrannus savana*), Tico-tico (*Zonotrichia capensis*), Tucano (*Ramphastus toco*), Urubu-comum (*Catharista brasiliensis*).

### **Mamíferos (Mastofauna)**

Camundongo (*Mus musculus*); Camundongo-do-mato (*Oryzomys sp*); Capivara (*Hydrochaeris hydrochaeris*); Gambá (*Didelphis sp*); Graxaim-do-campo (*Pseudalopex gymnocercus*); Lebre (*Lepus capensis*); Morcego (*Artibeus sp*); Rato-comum-das-casas (*Rattus rattus*); Ratão-do-banhado (*Myocastor coypus*); Preá (*Cavia aperea*); Ratazana (*Rattus norvegicus*); Serelepe (*Sciurus aestuans*); Tatu (*Dasypus sp*); Tatu-peludo (*Euphractus sexcinctus*); Zorrilho (*Conepatus chinga*); Veado (*Mazama sp.*).

### **Herpetofauna (Répteis e Anfíbios)**

#### **\*Anfíbios**

Perereca (*Hyla sp*); Rã (*Leptodactylus sp.*); Sapo-comum (*Bufo bufo*).

#### **\*Répteis**

Cascavel (*Crotalus durissus*); Cobra-cipó (*Liophis miliaris*); Cobra verde (*Liophis reginae*); Lagarto (*Tupinambi sp.*); Jararaca (*Bothrops jararaca*).

### **Insetos (Classe Insecta)**

Ordem Hymenoptera: Formigas, Vespas, Abelhas.

Ordem Isoptera: Cupim.

Ordem Dermaptera: Lacrainhas.

Ordem Coleoptera: Besouro, Vaga-lumes (*Lampyris noctiluca*).

Ordem Diptera: Moscas, mosquitos, borrachudos, varejeiras.

Ordem Lepidoptera: Mariposas, borboletas.

Ordem Odonata: Libélulas.

Ordem Orthoptera: Baratas, gafanhotos, grilos, louva-deus.

Ordem Thysanura: Traça-dos-livros.

Ordem Homoptera: Cigarras, cigarrinhas, pulgões.

### Aranhas (Classe Arachnida)

Aranha-armadeira (*Phoneutria sp.*); Aranha-marrom (*Loxosceles sp.*); Tarântula ou aranha de grama (*Lycosa tarântula*); Caranguejeira (*Acanthoscurria geniculata*), Viúva negra (*Latrodectus mactans*).

### Peixes (Classe Osteichthyes – peixes ósseos)

Peixe Lambari (*Astianax spp.*); Peixe Traíra (*Hoplias malabaricus*); Peixe Jundiá (*Rhandia sp.*); Peixe Carpa-comum (*Cyprinus carpio*); Peixe Cascudo (*Plecostomus sp.*).

## GEOLOGIA

### **Solos**

O solo gaúcho é relativamente fértil. Há problemas de acidez em certas regiões, embora facilmente corrigíveis. O Sudeste ou o escudo Rio-grandense é constituído por solos arqueanos muito antigos. Nesta parte do estado, localizam-se as minas de cobre, estanho, ferro, chumbo e ouro, nos municípios de Camaquã, Caçapava e Lavras do Sul. As jazidas de carvão localizam-se nos municípios de São Jerônimo, Bagé, Caçapava e Gravataí. Para calagem do solo e para a fabricação de cimento e cal, existem abundantes jazidas de calcário nos municípios de Arroio Grande, São Gabriel, Cachoeira do Sul, Rio do Pardo e outros.

No norte do estado existem algumas fontes de água mineral, bem como pedras semi-preciosas. Na fronteira uruguaia, os solos são resultantes do derrame basáltico, apresentando, por isso, maior fertilidade. Por isso os municípios de Bagé, Uruguaiana, Quaraí, Alegrete, Santana do Livramento, além de contarem com ótimas pastagens nativas, prestam-se também à cultura do trigo e de outros cereais.

A planície costeira do estado, que se estende por 622 quilômetros, é toda arenosa e baixa, apresentando o fenômeno das dunas em cômodos, que chegam a atingir mais de vinte metros de altura, dando um aspecto peculiar à paisagem.

As areias do litoral, próximas ao mar, endurecidas pela umidade das ondas do mar, permitem o tráfego de veículos. Entretanto, o uso desta estrada natural é muito perigoso, podendo ocasionar acidentes.

O Rio Grande do Sul é constituído por terrenos rochosos cuja origem ou transformação recuam aos mais diferentes períodos da história da crosta terrestre, trazendo o registro de distintos eventos geodinâmicos. Do Arqueano Precoce aos tempos cenozóicos, os processos magmáticos, metamórficos e sedimentares, aliados aos movimentos tectônicos, foram engendrando uma crosta cada vez mais diferenciada e mais estável, com predomínio, de modo geral crescente, da atividade sedimentogênica sobre as atividades ígneo-metamórficas.

O estudo do relevo e seus processos geradores vêm contribuir para a explicação de suas existências e evoluções, bem como, a necessidade de conhecimentos relativos à contribuição de fatores como a Geologia, o Clima, a Topografia, o Solo, a Hidrografia, a Biologia e o Homem.

Dá-se o nome de relevo, ao conjunto de características da superfície terrestre, consideradas quanto à sua conformação. De acordo com o tipo de relevo que predominar em uma região, teremos uma determinada paisagem. Assim sendo, podemos distinguir a terra em quatro tipos de paisagens: as planícies, os planaltos, as depressões e as montanhas.

A terra desde suas origens vem sofrendo uma constante evolução, tanto no reino animal como no vegetal e no mineral, com conseqüência a crosta terrestre e seu relevo têm passado por uma série de modificações, graças ao trabalho executado pelos agentes de erosão, sendo que os mesmos modificam o relevo terrestre seja destruindo, seja criando novas formas.

### ESTRUTURA GEOLÓGICA

Os terrenos cristalinos (Pré-Cambrianos), representados pelos Escudos Brasileiros, das Guianas e Uruguai Sul Rio-grandense que ocupam 1/3 do território sofreram grandes movimentos, sendo em alguns pontos recobertos por formações sedimentares antigas (estratificadas) predominantemente Paleozóica e Mesozóica. Os terrenos sedimentares recentes (Cenozóicos) se encontram na região Amazônica, Pantanal, faixa litorânea e em pontos localizados. Na Bacia Paranaica, durante o triássico, ocorreram derrames basálticos que deram origem às formações de rochas eruptivas básicas.

O território do município de Pontão situado no Estado do Rio Grande do Sul está localizado numa porção de um Grande Conjunto morfoestrutural da América do Sul, conhecido genericamente como o derrame basáltico sul-americano sobre a bacia sedimentar do Paraná. Neste contexto predominam as rochas da Formação Serra Geral formada por efusivas continentais toleíticas.

Os solos que se desenvolveram sobre estas rochas, resultam da intemperização dos minerais ferro-magnesianos e feldspático-cálcicos da rocha em minerais argilosos, resultando em solos de natureza argilo-siltoso, com teor de argila maior que 60%.

A Formação Serra Geral constituiu-se numa sucessão de corridas de lava, de composição predominantemente básica, apresentando uma seqüência superior identificada como domínio relativo de efusivas ácidas

## GEOMORFOLOGIA E RELEVO

Segundo o Mapa Geomorfológico – IBGE (1986), o município está inserido em duas Regiões Geomorfológicas no domínio morfo-estrutural das Bacias e Coberturas Sedimentares:

- Região Geomorfológica do Planalto das Missões  
Unidade Geomorfológica do Planalto de Santo Ângelo
- Região Geomorfológica do Planalto das Araucárias  
Unidade Geomorfológica do Planalto dos Campos Gerais.

### Região Geomorfológica Planalto das Missões

As formas de relevo são bastante homogêneas retratadas de modo geral, por colinas suaves, bem arredondadas, regionalmente conhecidas por coxilhas, esculpidas em rochas vulcânicas básicas da Formação Serra Geral, além de rochas sedimentares em menores proporções correspondentes a Formação Tupanciretã.

Nas áreas de interflúvio e mesmo junto às cabeceiras de drenagens é comum a presença de *dales*, isto é, áreas deprimidas geralmente de forma circular a elíptica, apresentando fundo plano e brejoso muito dessas *dales* foram barradas, transformadas em açudes para uso agrícola.

O canal fluvial de grande porte na região refere-se ao Rio Jacuí no seu alto curso no qual foram construídas importantes barragens.

#### Unidade Geomorfológica Planalto Santo Ângelo

Caracteriza-se, de modo geral, por um relevo de dissecação homogênea, mostrando densidade de drenagem grosseira, em especial, com aprofundamento dos vales fluviais entre 22 e 28 m. O relevo traduz formas em coxilhas (colinas).

Associados a essas formas em colinas é comum a ocorrência de arroios, sangas e zonas deprimidas e brejosas conhecidas por *dales*.

Áreas de dissecação mais grosseira, com colinas alongadas e menores desníveis entre topo e vale, que melhor caracterizam a unidade parecem ter se desenvolvido especialmente em rochas efusivas básicas, da Formação Serra Geral. As áreas de mesmo tipo de dissecação em colinas, porém com maior entalhamento fluvial entre uma e outra colina, parece se associar mais às rochas vulcânicas ácidas.

A inclinação das vertentes é moderada ( $5^{\circ}$  a  $10^{\circ}$ ). Localmente cicatrizes de movimentos de massa, sulcos, ravinas, voçorocas e processos de erosão acelerada. Há sedimentos colúvio-aluvionares nos vales.

Nestas condições, considerando as características físico-químicas do solo, os processos são, simultaneamente de erosão e de deposição, o que significa - na dinâmica da natureza - uma certa estabilidade ou biostasia.

Nas áreas com declividades capazes de - em solo nu - acelerar os processos erosivos sejam os laminares ou lineares, até então protegidos pela vegetação nativa, os agricultores, com muita rapidez souberam decifrar as leis da natureza e, por instinto de conservação, inventaram novas técnicas agrícolas como é o caso das culturas em curvas de nível e, mais recentemente, esta verdadeira revolução que se constitui o plantio direto. Ou seja, os homens, conhecendo melhor a natureza, trataram de se adaptar a seus imperiosos caprichos. Agindo assim, controlam o poder destruidor da erosão.

#### Região Geomorfológica Planalto das Araucárias

As características de relevo são bastante heterogêneas, variando desde formas de relevo mais amplas e aplanadas até o nível mais profundo de entalhamento, foram esculpidas

especialmente em rochas efusivas ácidas da Formação Serra Geral, em áreas mais restritas, os modelados de dissecação do relevo se desenvolveram em rochas efusivas básicas.

O contato com a Região Geomorfológica do Planalto das Missões faz-se de modo gradacional. Os principais rios que atravessam esse relevo pertencem à bacia de drenagem do rio Jacuí.

### Unidade Geomorfológica Planalto dos Campos Gerais

Caracteriza-se, por um relevo relativamente plano e conservado, representado e degradado, desenvolveu-se por extensas áreas nas posições interfluviais. Na superfície de aplanamento elaborado por processos de pediplanação em consequência de sucessivos ataques erosivos. Na maioria das vezes elas se apresentam em estágio de degradação, estando geralmente separados por ressaltos topográficos.

As formas de relevo demonstram a ocorrência de etapas evolutivas de dissecação, outras onde as erosões conseguiram alargar vales, deixando muitas vezes rupturas de declive de pequenos desníveis, constituindo-se num plano retocado desnudo. Em outras áreas a erosão conseguiu alargar extensos vales e deixou resíduos de antiga superfície de aplanamento.

Caracteriza-se por áreas com sucessão de colinas isoladas entre si por amplos vales de fundo chato, que representam antigos nichos de erosão, atualmente com cobertura vegetal de campos, os topos de colinas, geralmente, são planos, observando-se rupturas de declive nas encostas.

As ocorrências de linhas estruturais estão normalmente ocupadas pelos cursos de água da área é freqüente e generalizada, apresentando-se com diversas orientações, identificada por um padrão textural uniforme-liso.

### PEDOLOGIA

Segundo o Mapa Exploratório de Solos – IBGE (2002), no município de Pontão ocorre o predomínio de duas classes de solos:

- Latossolo Bruno Intermediário para Latossolo Roxo Álico (Latossolos Brunos);
- Latossolo Vermelho-Escuro Húmico álico (Latossolo Vermelho).

## Latossolos

Esta classe compreende solos profundos, bem drenados, quimicamente pobres, com horizonte B latossólico, vermelho a bruno, distróficos (com presença de Al e Fe). Estão presentes em regiões de relevo suave ondulado a ondulado, nas Missões (Santo Ângelo, Cruz Alta), Planalto Médio (Passo Fundo, Erechim), Campos de Cima da Serra (Vacaria).

## RECURSOS HÍDRICOS

### Superficiais

O município pertence à Microbacia Hidrográfica do Rio Uruguai e Bacia Hidrográfica do Rio Passo Fundo/Várzea.

Os cursos de águas superficiais do município estão hierarquizados no conjunto da rede e das sub-bacias, sendo designados genericamente de rios, arroios, sangas, lageados, etc, sem que para eles seja possível uma conceituação rigorosa. Em resumo, os conceitos de Rio, Arroio, Sanga entre outros mais, devem ser ordenados segundo a posição hierárquica dos canais de escoamento de água nas suas bacias hidrográficas.

A cartografia municipal registra somente três classificações de cursos de águas fluviais.

<b>Rio</b>	<b>Arroio</b>	<b>Barragem</b>	<b>Lajeado</b>	<b>Sanga</b>
Passo Fundo/Várzea	Bugre Morto	Anoni	Sarandi	Butiá
Ati-Açú	Do Cedro	----	----	Boa Vista
Xadrez	Dourado	----	----	Boqueirão
----	Pottiguá	----	----	Invernadinha
----	São Cristóvão	----	----	----
----	Sepultura	----	----	----

Tabela VII: Classificação dos cursos d'água fluviais do município de Pontão.

Fonte: Prefeitura Municipal e Serviço Geográfico do Exército.

A bacia do Passo Fundo-Várzea abrange uma área de 14.687,25 km<sup>2</sup>. Está situada na região fisiográfica Alto Uruguai. Limita-se ao norte com o Rio Uruguai (Estado de Santa Catarina); ao sul com a bacia do Alto Jacuí; a leste com a bacia do Apuaé-Inhandaua; e a

oeste com a bacia do Turvo-Santa Rosa-Santo Cristo.

É composta pelos Rios Passo Fundo, Erechim, Dourado e da Várzea. O Rio Passo Fundo, de maior destaque, tem como afluentes mais importantes da margem direita os Arroios do Butiá, Inhupacã, Timbó e o Lajeado Sepulinia; e os da margem esquerda o Arroio do Cedro e o Lajeado Sarandi. Em relação aos afluentes, a drenagem apresenta um padrão subdendrítico, caracterizando um paralelismo com o tributário principal, sendo que este apresenta um acentuado controle, desde sua nascente até a sua barragem (VIEIRA, 1984).

### Subterrâneos

O município de Pontão apresenta em seu subsolo a ocorrência do Aquífero Guarani que apresenta um grande potencial inexplorado dentro dos limites do município de Pontão, confinado por uma camada de rochas da Formação Serra Geral com espessura variável entre 700 e 1.000 metros. Suas águas são de excelente qualidade, termalizadas e a captação através de poços têm condições de oferecer vazões de um milhão de litros/hora.

## CLIMATOLOGIA

Pela classificação de Köppen, o clima local classifica-se como subtropical úmido (cfa), com chuvas bem distribuídas durante o ano, em torno de 1.787,8mm (1960-1980) e temperatura média do mês mais quente superior a 22°C.

A variedade "Cfa" se caracteriza por apresentar chuva durante todos os meses do ano e possuir temperatura do mês mais quente superior a 22°C e a do mês mais frio superior a 3°C.

## **ATIVIDADES REALIZADAS NO MUNICÍPIO DE PONTÃO EM DEFESA DO MEIO AMBIENTE**

### Atividades Humanas e Impactos Ambientais

As marcas da destruição desordenada da natureza estão cada vez mais presentes em nosso meio. Na natureza existe uma harmonia nas relações entre os seres vivos e entre si, e entre os seres vivos e o meio ambiente, é o chamado equilíbrio ecológico, e ao quebrar essa harmonia o homem provoca o que chamamos de impacto ambiental.



É verdade que a própria natureza, com as erupções vulcânicas, os terremotos, os furacões e os maremotos, também provocam grandes estragos no meio ambiente, porém muitas vezes ela responde às agressões que é submetida pelo ser humano. Tempestades avassaladoras ou secas rigorosas ocorrem em virtude de mudanças climáticas decorrentes dos desmatamentos. O uso inadequado dos solos para a agricultura tem aumentado o processo de desertificação em quase todos os continentes.

Os impactos ambientais podem ocorrer em escala local, regional ou global. Entre os impactos ambientais mais preocupantes, podemos destacar:

- \*Os desmatamentos;
- \*A desertificação e a erosão dos solos;
- \*A poluição das águas (lençol freático, rios, lagos e oceanos);
- \*A poluição do ar atmosférico;
- \*A poluição dos solos e o problema do lixo;
- \*A poluição sonora e visual;

A interferência do ser humano na natureza acontece em muitos lugares e em decorrência de suas várias atividades. As cidades não podem ser consideradas um ecossistema, mas são grandes poluidoras do ar, do solo e das águas.

Os impactos ambientais eram muito pequenos no início da história do homem. O aumento populacional e o desenvolvimento tecnológico, no decorrer do tempo intensificaram rapidamente a dimensão desses impactos. A indústria foi a atividade que mais acelerou o processo de destruição da natureza. Com a Revolução Industrial e a revolução tecnológica, o homem não é mais submisso ao meio natural. Desenvolveu técnicas para vencer os obstáculos naturais e explorar os recursos que o meio ambiente lhe oferece.

### **MANEJO, CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE NASCENTES**

Conservação das matas ciliares e reflorestamento nos arredores das nascentes no interior do município. Conforme o artigo 4º da Lei Municipal do Meio Ambiente, estabelece que: A Reserva Florestal da Sagraisa será integrada ao programa, destinada para cursos de educação ambiental, para o estudo e pesquisa e para a preservação das espécies da flora e fauna nativas da região.

A secretaria municipal da agricultura e meio ambiente do município de Pontão, vem trabalhando em projetos de preservação e recuperação de nascentes nas áreas do

interior do município, partindo da participação das comunidades e escolas do município, sendo que o mesmo possui um viveiro municipal na Reserva da Sagrisa, do qual são retiradas mudas e distribuídas nas comunidades e escolas para a prática de reflorestamento, mostrando a sociedade que a participação de todos é importante para que esta ação venha a repercutir entre todas as idades.



Figura 09 – Plantio de mudas nativas para a arborização nos arredores das nascentes, com a participação de alunos das escolas municipais. Fonte: Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente.

A ação de Proteção e Recuperação das Matas Ciliares nas margens e leitos dos rios e riachos visa garantir a manutenção das nascentes e o fluxo de águas fluviais. Em caso de degradação da mata ciliar, o mesmo necessita da reposição da cobertura vegetal das margens dos rios e riachos. A preservação e a recuperação das nascentes dos nossos cursos d'água não são apenas atitudes que satisfazem a legislação ou propiciam a continuidade do aproveitamento das águas para as mais variadas atividades humanas, mas são, acima de tudo, ações concretas em favor da vida, desta e das futuras gerações em nosso planeta.

Entende-se por nascente o afloramento do lençol freático, que vai dar origem a uma fonte de água de acúmulo (represa), ou cursos d'água (regatos, ribeirões e rios). Em virtude de seu valor inestimável dentro de uma propriedade agrícola, deve ser tratada com cuidado todo especial.

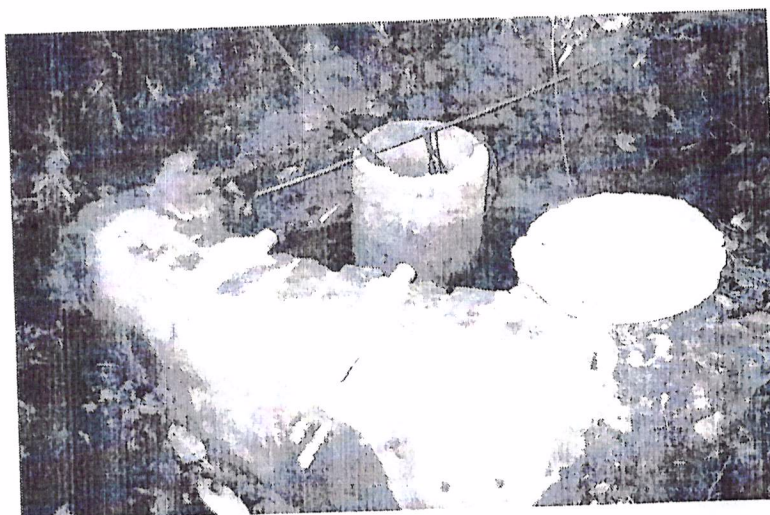


Figura 10 - Recuperação e proteção de nascentes no interior do município. Fonte: Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente.

Conforme Lei Municipal nº.458/05 que cria o programa Municipal do Meio Ambiente de Pontão – RS.

Parágrafo Único – Art.6º - O município promoverá a preservação e conservação das nascentes e fontes naturais alternativas existentes em Pontão.

Art.7º A Secretaria Municipal da Agricultura coordenará as atividades do programa instituído pela presente lei.

“O planejamento da gestão da água deve levar em conta a solidariedade e o consenso em razão de sua distribuição desigual sobre a terra”

Artigo 10 da Declaração Universal dos Direitos da água

A nascente ideal é aquela que fornece água de boa qualidade, abundante e contínua, localizada próxima do local de uso e de cota topográfica elevada, possibilitando sua distribuição por gravidade, sem gasto de energia.

É bom ressaltar que, além da quantidade de água produzida pela nascente, é desejável que tenha boa distribuição no tempo, ou seja, a variação da vazão situe-se dentro de um mínimo adequado ao longo do ano. Esse fato implica que a bacia não deve

funcionar como um recipiente impermeável, escoando em curto espaço de tempo toda a água recebida durante uma precipitação pluvial.

Ao contrário, a bacia deve absorver boa parte dessa água através do solo, armazená-la em seu lençol subterrâneo e cedê-la, aos poucos, aos cursos d'água através das nascentes, inclusive mantendo a vazão, sobretudo durante os períodos de seca. Isso é fundamental tanto para o uso econômico e social da água - bebedouros, irrigação e abastecimento público, como para a manutenção do regime hídrico do corpo d'água principal, garantindo a disponibilidade de água no período do ano em que mais se precisa dela. Assim, o manejo de bacias hidrográficas deve contemplar a preservação e melhoria da água quanto à quantidade e qualidade, além de seus interferentes em uma unidade geomorfológica da paisagem como forma mais adequada de manipulação sistêmica dos recursos de uma região.

As nascentes, cursos d'água e represas, embora distintos entre si por várias particularidades quanto às estratégias de preservação, apresentam como pontos básicos comuns o controle da erosão do solo por meio de estruturas físicas e barreiras vegetais de contenção, minimização de contaminação química e biológica e ações mitigadoras de perdas de água por evaporação e consumo pelas plantas. Quanto à qualidade, deve-se atentar que, além da contaminação com produtos químicos, a poluição da água resultante de toda e qualquer ação que acarrete aumento de partículas minerais no solo, da matéria orgânica e dos coliformes totais que pode comprometer a saúde dos usuários - homem ou animais domésticos.

Portanto, deve-se estar ciente de que a adequada conservação de uma nascente envolve diferentes áreas do conhecimento, tais como: hidrologia, conservação do solo, reflorestamento, etc.

A área adjacente à nascente (APP) deve ser toda cercada a fim de evitar a penetração de animais, homens, veículos, etc. Todas as medidas devem ser tomadas para favorecer seu isolamento, tais como: proibir a pesca e a caça, evitando-se a contaminação do terreno ou diretamente da água.

A posição de uma nascente na propriedade pode determinar a melhor distribuição das diferentes atividades e também da infra-estrutura do sistema produtivo. A área imediatamente circundante à nascente, em um raio de 50 m, é só e exclusivamente, uma Área de Preservação Permanente.

As matas ciliares são sistemas vegetais essenciais ao equilíbrio ambiental e, portanto, devem representar uma preocupação central para o desenvolvimento rural sustentável.

A preservação e a recuperação das matas ciliares, aliadas às práticas de conservação e ao manejo adequado do solo, garantem a proteção de um dos principais recursos naturais: a água.

As principais funções das matas ciliares são:

- controlar a erosão nas margens dos cursos d'água, evitando o assoreamento dos mananciais;
- minimizar os efeitos de enchentes;
- manter a quantidade e a qualidade das águas;
- filtrar os possíveis resíduos de produtos químicos como agrotóxicos e fertilizantes;
- auxiliar na proteção da fauna local;

#### Áreas de Preservação Permanente

São áreas protegidas por lei desde 1965 (lei 4.771), quando foi instituído o Código Florestal, cobertas ou não por vegetação nativa com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

Consideram-se Áreas de Preservação Permanente as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

- ao longo de rios e outros cursos d'água;
- ao redor de lagoas, lagos ou reservatórios naturais ou artificiais;
- ao redor de nascentes ou olho d'água;
- no topo de morros, montes, montanhas e serras;
- nas encostas ou partes destas com declividade superior a 45°;
- nas restingas, como fixadora de dunas ou estabilizadoras de mangues;
- nas bordas dos tabuleiros ou chapadas, a partir da linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 metros em projeções horizontais;
- em altitudes superiores a 1.800 metros.

## CONSCIÊNCIA ECOLÓGICA E A PRÁTICA DE REFLORESTAMENTO

A complexidade de se trabalhar em defesa do meio ambiente, depende do esforço de cada um e de sua consciência, os problemas ambientais são efeitos inesperados do modelo de desenvolvimento econômico dominante, capitalista-industrialista, que por sua vez atende as demandas de consumo da população e que por sua vez continua aumentando dentro de um planeta com capacidade de sustentação limitada.

O ser humano, por si mesmo é um grande consumidor, esse fato atinge diretamente o meio ambiente em que vive, e é por isso, que chegamos a ponto de se trabalhar em defesa daquilo que todos necessitam, mas exploram sem perceber tamanho impacto causado na natureza. Portanto é dever do homem como ser racional proteger a natureza, pois toda espécie de vida exige cuidados para que esse ciclo seja mantido por muitas e muitas gerações da humanidade.

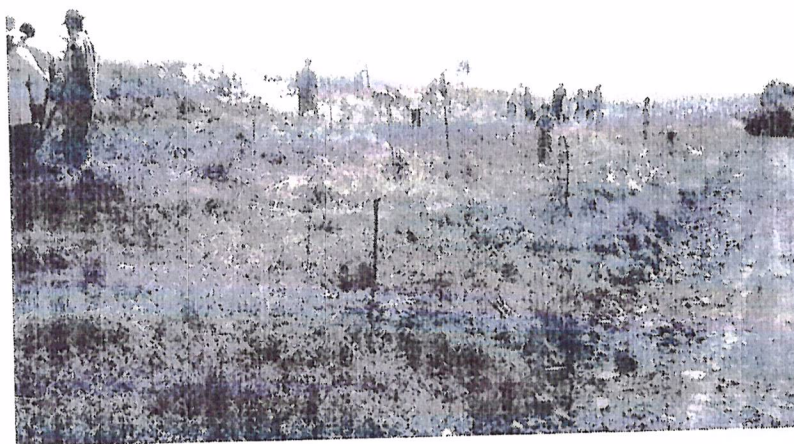


Figura 11- Reflorestamento nas comunidades da Fazenda Anonni. Fonte: Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente

O trabalho de reflorestamento exige uma participação em comunidade, e é nessa socialização participativa que a secretaria municipal da agricultura e meio ambiente, vem trabalhando com a distribuição de mudas nas comunidades do município, retiradas do viveiro municipal, situado na reserva da Sagrisa.

Muitas mudas de árvores nativas também são distribuídas nas escolas, para que os alunos participem dessa importante prática de reflorestamento, valorizando assim aquilo

que eles mesmos plantaram e que futuramente irão passar para outras gerações essa prática de conscientização.

Nas comunidades também são entregues mudas para o plantio nos seus arredores e para a plantação nas moradias pertencentes a cada comunidade. Na cidade foram plantadas mudas nativas para a arborização das ruas e calçadas.

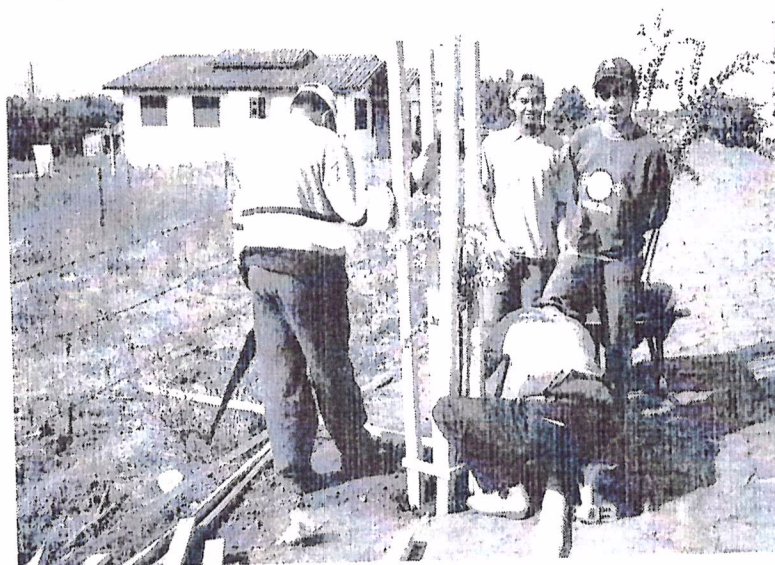


Figura 12 - Plantio de mudas nativas. Fonte: Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente

### **PORQUE PRÓDUZIMOS TANTO LIXO? E O QUE FAZER COM ELE?**

O que fazer com tamanha quantidade de lixo que os moradores colocam diariamente na porta de suas casas? Encontrar a resposta certa para essa questão seria a solução para esse problema constante em nosso dia-a-dia.

O lixo urbano é responsável por vários impactos ambientais. Seus resíduos poluem o solo, as águas e transmitem doenças.

Com base em tantos problemas que o lixo causa, é que se trabalha por uma conscientização da população para fazer sua reciclagem, porém isso dificilmente acontece, pois se um cidadão não consegue perceber que não se deve jogar um simples papel de bala na rua, esse mesmo cidadão não terá o mínimo de consciência, que o seu próprio lixo, deve ser separado, para a proteção de sua própria saúde, pois o lixo causa a proliferação de roedores e insetos causadores de doenças.

A secretaria municipal da agricultura e meio ambiente do município de Pontão, juntamente com outros estabelecimentos e entidades em geral, vem trabalhando essa questão de reciclagem do lixo, com base em uma coleta seletiva no meio urbano e rural do município, com o objetivo de dar destino adequado ao lixo.

No interior do município será feita a coleta de todo lixo seco, tais como: latas, vidros, papelão, plásticos, ferros, garrafas pet e outros materiais assemelhados. A coleta será realizada a cada 60 dias em todas as comunidades do interior do município.

No meio urbano para ser feita a coleta seletiva necessita-se de uma colaboração da população, além de mais recursos para dar destino adequado para o lixo separado. Também foram realizadas atividades de recolhimento de lixo nas estradas, e as margens da rodovia RS 324 que delimita o município de Ronda Alta e Passo Fundo.

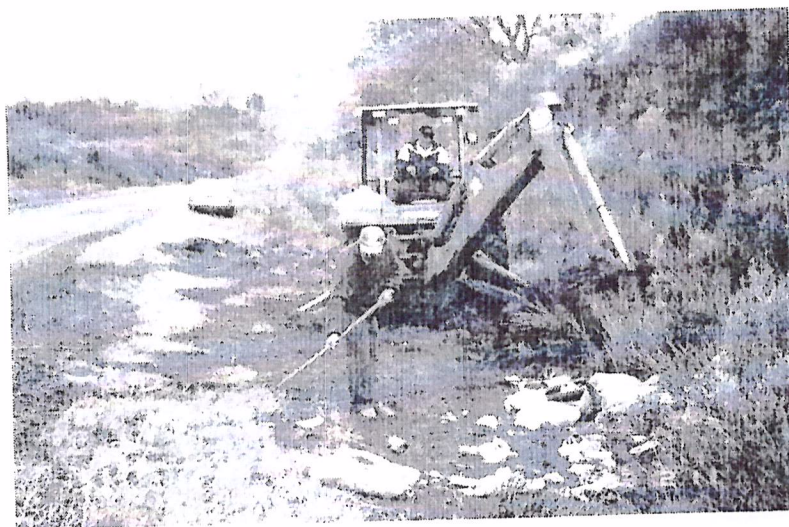


Figura 13 – Limpeza as margens da rodovia RS 324. Fonte: Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente

Atualmente o recolhimento do lixo está sendo feito pela empresa SIMPEX situada no município de Palmeira das Missões.

Os Resíduos Sólidos Urbanos vulgarmente denominados por lixo urbano, são resultantes da atividade doméstica e comercial das povoações. A sua composição varia de população para população, dependendo da situação sócio-econômica e das condições e hábitos de vida de cada um. Esses resíduos podem ser classificados das seguintes maneiras:

- Matéria orgânica: Restos de comida, da sua preparação e limpeza...
- Papel e papelão: Jornais, revistas, caixas e embalagens...



- Plásticos: Garrafas, garrafinhas, frascos, embalagens, etc.
- Vidro: Garrafas, frascos, copos, etc.
- Metais: Latas
- Outros: Roupas, óleos de cozinha e óleos de motor, resíduos informáticos...

A reciclagem é o processo de reaproveitamento de metais, plásticos, papéis, vidros, ou qualquer outro material, orgânico ou inorgânico, recuperando-o ou retransformando-o para aproveitamento ou novo uso.

O processo pode ser industrial ou artesanal. Caso não sejam reaproveitados, esses materiais, normalmente tratados como lixo ou dejetos, tendem a causar sérios problemas ambientais. Grande parte do lixo que é gerado, no campo ou nas cidades, pode ser reciclado e voltar novamente para a cadeia de consumo e uso.

Os resultados da reciclagem são expressivos tanto no campo ambiental, como nos campos econômico e social.

No meio-ambiente a reciclagem pode reduzir a acumulação progressiva de lixo; a produção de novos materiais, como por exemplo o papel, que exigiria o corte de mais árvores; as emissões de gases como metano e gás carbônico; as agressões ao solo, ar e água; entre outros tantos fatores positivos.

No aspecto econômico a reciclagem contribui para a utilização mais racional dos recursos naturais e a reposição daqueles recursos que são passíveis de reaproveitamento. No âmbito social, a reciclagem não só proporciona melhor qualidade de vida para as pessoas, através das melhorias ambientais, como também tem gerado muitos postos de trabalho e rendimento para pessoas que vivem nas camadas mais pobres.

Após a coleta, o lixo comumente pode ser encaminhado para três lugares: um aterro sanitário, uma unidade de incineração.

No Aterro Sanitário, o lixo é jogado para que o solo absorva e decomponha seu conteúdo. Este é o destino mais comum para o lixo de coleta Indiferenciada, pois não necessita cuidados especiais e é uma forma de esgotar rapidamente a enorme quantidade de lixo gerado pelas metrópoles e outras grandes cidades.

É para a unidade de incineração que são enviados os resíduos que não podem ou não devem ser jogados a céu aberto em um aterro. É o caso das pilhas, equipamentos eletrônicos e lixo hospitalar. Nessas unidades, o lixo é queimado e passa por alguns filtros antes de ser liberado no ambiente. Por ser um processo caro e lento, apenas uma pequena

parcela dos resíduos (aqueles que foram citados anteriormente) pode passar por ele, o que resulta mais uma vez no despejo de lixo em Aterros Sanitários.

Todos os dias grandes quantidades de resíduos são descartadas no meio urbano. Uma parte deste lixo poderá ter um destino final adequado, outra não, acabando por ser jogada no próprio meio ambiente, vindo a poluir o solo, a água e o ar, prejudicando a nossa qualidade de vida. Nas nossas casas ensacamos os nossos resíduos e comodamente aguardamos que seja feita a coleta. A maioria das pessoas jamais pensou na quantidade de lixo que produz ou qual será o seu destino final. O lixo não é um problema apenas por ser inesgotável, o que exige enormes espaços para ser acumulado, mas principalmente porque a sua origem, muitas vezes, provém de processos irreversíveis que se utilizam de recursos naturais.

Assim, se você é servido pelo serviço de coleta seletiva, pratique esta idéia, colabore para diminuir a poluição ambiental e zele pela nossa qualidade de vida. Como colaborar? Comece separando o lixo seco (plásticos, jornais, latas, vidros...) do lixo orgânico (sobras de alimento, papéis higiênicos, guardanapos...). Depois descubra o dia da coleta seletiva na sua rua e coloque o lixo seco e orgânico nas lixeiras nos dias corretos. É preciso nos conscientizar que a responsabilidade de solucionar este sério e crescente problema ambiental é inteiramente da nossa sociedade, pois todos nós geramos lixo e devemos ser responsáveis pela sua melhor destinação.

## **ASPECTOS GERAIS DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO PARQUE MUNICIPAL DA SAGRISA**

A área situada no município de Ponta foi doada pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para a criação de uma Unidade de Conservação denominada Parque Municipal da Sagrisa, pelo projeto de lei nº. 034/99.

Entende-se por Unidade de Conservação o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as áreas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (Lei nº. 9.985, de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – Snuc).

O Parque Municipal da Sagrisa enquadra-se como parque natural municipal, com ecossistema de grande relevância ecológica, apresentando uma remanescente Mata de

Araucária e o característico banhado de transbordamento, refúgios da fauna que resta na região.

O Parque Municipal da Sagrisa é dividido em três lotes, sendo que sua área total é de 402,19 hectares, sendo que o Lote Um assim disseminado, possui uma área de 162,7 hectares, chamada área de banhado sujeito à inundações do Rio Passo Fundo, sendo que o mesmo possui um papel importante por abrigar a fauna (animais silvestres) como capivara, ratões do banhado, lontras e aves como marrecas, garças, etc. Outro papel importante é a preservação do assoreamento da barragem do rio Passo Fundo.

Lote Dois – com 27,67 hectares coberta com floresta subtropical com mais de 50% de araucária, além de cedros, angicos, açoita-cavalo, canela entre outras.

Lote Três – com 211,82 hectares onde a formação da mata subtropical mista é de araucária que equivale a mais de 60%, e o restante da mata é composta de outras espécies.

## **SITUAÇÃO GEOGRÁFICA E HISTÓRICA**

O Parque Municipal da Sagrisa foi assim denominado por ser uma área de grande relevância ecológica, nele havendo a representação da flora e da fauna original do ecossistema da região. O significativo recurso hídrico da área é representado por diversos córregos e arroios que deságuam no rio Passo Fundo, o qual circunda a área e é um dos formadores da bacia do Rio Uruguai, a segunda principal bacia do Rio Grande do Sul após a do Jacuí.

O conjunto dos ecossistemas de mata e recursos hídricos caracteriza a beleza cênica do local, importante para a preservação do patrimônio natural do Rio Grande do Sul.

A fazenda que foi desapropriada pelo Incra em 1972, para reassentamento, chamava-se Sementes Agrícolas S.A ou Sagrisa Comercial e Agrícola Ltda, e localizava-se na área denominada oficialmente de Invernada do Butiá, de início pertencente ao município de Ronda Alta e atualmente, a Pontão – RS.

Assim, a Sagrisa como é popularmente conhecida de Invernada do Butiá, foi o nome difundido por toda a região e usado pelo município para denominar o parque.

## **ENQUADRAMENTO GEOPOLÍTICO NACIONAL E REGIONAL:**

A área localizada no estado do Rio Grande do Sul, no município de Pontão, na Localidade Invernada do Butiá (Sagrisa), sob as coordenadas 28°05'917''S e 52°67'722''W.

## Contexto Regional

A Comunidade de entorno a unidade de conservação correspondente é oriunda do assentamento de agricultores ocorrido em 1972, os quais, por ocasião da construção da barragem da Central Hidrelétrica do Passo Real, região de Ibirubá – RS tiveram suas terras inundadas. Sagrisa ou Invernada Butiá situava-se no município de Ronda Alta até a emancipação de Pontão, em 1992, com área de 2.157 hectares.

O Parque Municipal da Sagrisa esta inserido na região fitoecológica da Floresta Ombrófila Mista, com regiões de Savana que abriga espécies da fauna e da flora representativos do Bioma Floresta de Araucária.

As florestas de araucária encontram-se distribuídas de forma descontínua e fragmentadas, reduzindo-se a pequenas manchas. O parque também está associado a outras unidades de conservação que preservam matas de pinhais, a exemplo o Parque Estadual do Espigão Alto (Barração/RS), Estação Ecológica do Aracari (Muitos Capões/RS), Parque Municipal de Lages (Lages/SC), Floresta Nacional de Passo Fundo (Mato Castelhano/RS), e o Parque Municipal de Rondinha (Sarandi/RS) integram uma rede regional de fragmentos desse ecossistema, elas representam uma garantia de proteção desse ecossistema, elas representam uma garantia de proteção de um ecossistema único no mundo e típico do sul do Brasil.

A referida reserva é considerada de proteção integral ou de uso indireto, não sendo permitido a exploração direta de seus recursos naturais. Ela apresenta 50 espécies florestais, com uma população média de 480 árvores por hectares, com um volume total de 251.51m<sup>3</sup> por hectare.

## FATORES BIÓTICOS OU RECURSOS NATURAIS

**CLIMA** – Pela Classificação de Köppen, o clima local classifica-se como subtropical úmido (cfa), com chuvas bem distribuídas durante o ano, em torno de (1960-1980), e temperatura média do mês mais quente superior a 22° C (KLEIN E JORGE, 2001).

**FAUNA** – Segundo parecer feito pela Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul (1986), estima-se que o parque apresenta trezentas espécies da avifauna, sendo que nas periferias da reserva, destacam-se cerca de 62 espécies de aves entre as quais migratórias e residentes. Os pequenos mamíferos (quirópteros, roedores, e marsupiais) têm boa representatividade: os maiores, como canídeos, felídeos, cervídeos e outros, por serem mais perseguidos, tornaram-se raros na área. Dentre os insetos polinizadores, encontram-se abelhas nativas, como mirim e

mel-do-chão, que constroem seus ninhos no interior das matas, em troncos de árvores ou no solo.

## **GEOLOGIA E MÓRFOLOGIA**

O Parque Municipal está localizado na região fisiográfica do Planalto Médio, conforme definição do Conselho Nacional de Geografia. A área encontra-se morfologicamente, no Planalto basáltico do estado do Rio Grande do Sul, sendo constituída por rochas vulcânicas da formação Serra Geral (Jurássico-Cretáceo), esta formada por basalto, eventualmente intercalado com arenito eólico da formação Botucatu, dando origem a solos profundos, distróficos, bem drenados e suscetíveis à erosão, correspondendo às Unidades de Mapeamento de Solos Erechim e Estação, classificados pelo Ministério da Agricultura em 1973 (KLEIN E JORGE, 2001).

## **HIDROGRAFIA E HIDROLOGIA**

O Parque Municipal da Sagrisa está localizado na área de drenagem da bacia hidrográfica do rio Passo Fundo, contribuinte da bacia do rio Uruguai. O rio Passo Fundo tem influência direta sobre parte da área do parque e drena uma área de 2.300 km<sup>2</sup> na região do Planalto Médio e Alto Uruguai do norte do Rio Grande do Sul.

Das áreas e problemas prioritários, apontados como críticos pelo DNAEE em 1984, para a bacia do Rio Uruguai, destaca-se a carga orgânica poluidora (procedente sobretudo do município de Passo Fundo). Porém, merecem atenção outras ações modificadoras, resultantes do manejo inadequado do solo, que gera a erosão, assoreamento e deposição de fertilizantes e agrotóxicos, os quais afetam os cursos d'água e o da Usina Hidrelétrica do Rio Passo Fundo.

## **RELEVO**

A altitude da área varia entre 550 m a 725 m (Figura 2 A e B) e a declividade está entre 0° a 60°, demonstrando um relevo suave-ondulado a forte-ondulado, formando coxilhas, característicos da região do Planalto do Rio Grande do Sul.

## **OBJETIVOS DO PARQUE MUNICIPAL DA SAGRISA**

- \* Proteger amostras do patrimônio natural representativos da região, sua biodiversidade e os recursos genéticos mantendo a estabilidade e funcionalidade ecológica dos ecossistemas do parque;
- \* Proteger espécies raras ameaçadas, endêmicas, vulneráveis ou em perigo de extinção existentes na área;
- \* Fornecer programas interpretativos e educacionais visando a melhor apreciação e compreensão pelo uso público do meio ambiente;
- \* Possibilitar e fomentar a pesquisa científica, de monitoramento, de investigação e estudos gerais compatíveis com os objetivos do parque;
- \* Manter o acervo científico composto por relatórios resultantes da investigação realizada por pesquisadores;
- \* Diversificar as opções de uso público e educação ambiental, sensibilizando os usuários, especialmente de entorno, sobre o valor do parque;
- \* Propiciar atividades compartilhadas entre o parque e demais unidades de conservação, de modo a atuarem como um sistema único de áreas protegidas;
- \* Proteger paisagens e/ou belezas cênicas;
- \* Incentivar o desenvolvimento regional integrado através de atividades recreativas, turismo ecológico e rural, demonstrações práticas dos princípios de conservação.

## **DEPARTAMENTO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE**

O Departamento Municipal do Meio Ambiente é o órgão responsável por proporcionar a qualidade ambiental, o desenvolvimento ecologicamente sustentável e tem como atribuições o planejamento, implementação, execução e controle de atividades da política municipal do meio ambiente, sendo também responsável por disciplinar a ocupação do solo urbano e rural no que concerne à proteção ambiental e ainda pelo controle e fiscalização de fatores ambientais, promovendo a integração do homem com o meio ambiente e sua reciprocidade de acordo com as políticas ambientais preconizadas pela União e Estado.

## INSTRUMENTOS DE GESTÃO

Os instrumentos utilizados na Gestão Ambiental Municipal são os mencionados na Lei Orgânica promulgada em Julho de 1993 e junto com a legislação municipal esparsa instrumentalizam a gestão ambiental através do Departamento Municipal do Meio Ambiente ó saber:

- Licenciamento Ambiental das diferentes formas, revólido e sua renovação e autorizações;
- Fundo Municipal de Meio Ambiente;
- Educação Ambiental Formal e não-Formal;
- Sanções disciplinares e compensatórias de descumprimento das providências necessarias à prevenção e recuperação do meio ambiental;
- Cuidado de atividades urbanas e instrumentos de proteção ambiental;
- Estímulo e incentivo para proteger, manter, melhorar e recuperar o ambiente ambiental;
- Turismo Ecológico;
- Termos de ajustamento de conduta;
- Audiências públicas;
- Fiscalização e monitoramento nas atividades potenciais fonte poluidoras;
- Análise e avaliação de impacto ambiental;
- Gerenciamento, acondicionamento e fiscalização dos resíduos sólidos de atividades urbanas residenciais e de limpeza urbana, comerciais, serviços de saúde e industriais, de prestação de serviços e comércio de comércio informal e descentralizados de tratamento de águas e resíduos líquidos, cuja operação gere resíduos, sendo que os resíduos são considerados como resíduos urbanos a critério do órgão ambiental;
- Fiscalização permanente dos recursos ambientais, tendo a compatibilização e desenvolvimento econômico com a proteção do meio ambiente;
- Zoneamento Ecológico;
- Acordos, convênios, contratos e outros instrumentos legais a favor do gerenciamento de recursos ambientais;
- Elaboração do Código Ambiental Municipal;

## **Conselho Municipal de Meio Ambiente (CMMA)**

### **LEI MUNICIPAL Nº 385/2004**

Art. 1º - Fica criado o CMMA (Conselho Municipal de Meio Ambiente), do Município de Pontão/RS, órgão deliberativo, normativo e consultivo, fiscalizador dos poderes municipais de PONTÃO em caráter permanente, nas gestões referentes a proteção e qualidade ambiental do município, integrante do SISEPRA E SISNAMA conforme Lei Estadual nº 10.330 de 27/12/94 e Lei Federal nº 6.938 de 31/08/81 respectivamente, instância superior para o estabelecimento da polícia ambiental do município.

### **LEI MUNICIPAL Nº 605/2008**

#### **ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 385/2004**

Art. 1º - Fica criado o CMMA (Conselho Municipal de Meio Ambiente), do Município de Pontão/RS, órgão deliberativo, normativo e consultivo, fiscalizador dos poderes municipais de PONTÃO em caráter permanente, nas gestões referentes a proteção e qualidade ambiental do município, integrante do SISEPRA E SISNAMA conforme Lei Estadual nº 10.330 de 27/12/94 e Lei Federal nº 6.938 de 31/08/81 respectivamente, instância superior para o estabelecimento da polícia ambiental do município.

Art 3º - São membros do Conselho Municipal do Meio Ambiente:

- I- Um representante da Secretaria da Agricultura;
- II- Um representante da Secretaria da Educação;
- III- Um representante da Secretaria de Fazenda;
- IV- Um representante da Secretaria da Administração;
- V- Um representante da Secretaria da Saúde;
- VI- Um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
- VII- Um representante da Associação Comercial e Industrial;
- VIII- Um representante da EMATER;
- IX- Um representante do Instituto EDUCAR;
- X- Um representante da Associação Alternativa da Agricultura Familiar do Município de Pontão..

## **FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE**

### **LEI MUNICIPAL Nº 387/2004**



Art. 1º - Fica instituído o Fundo Municipal do Meio Ambiente, com sede no Município de Pontão, vinculado a Secretaria de Agricultura.

Parágrafo Único – O Fundo instituído na presente Lei também será designado pela sigla FMMA.

## ESTRUTURA TÉCNICA

### LEGISLAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PONTÃO

- Lei nº 385/2004 que Cria o Conselho Municipal de Meio Ambiente – CMMA;
- Lei nº 605/2008 que Modifica a Lei Municipal nº 385/2004;
- Lei nº 386/2004 que Cria as Taxas de Licenciamento Ambiental e institui seus valores;
- Lei nº 645/2009 que Altera o artigo 2º da Lei nº 386/2004;
- Lei nº 387/2004 que Cria o Fundo Municipal de Meio Ambiente;
- Lei nº 646/2009 que Revoga o inciso V do artigo 2º da Lei nº 387/2004;
- Lei nº 458/2005 que Cria o Programa Municipal de Meio Ambiente;
- Lei nº 657/2009 que Institui a Lei de Diretrizes Urbanas no município de Pontão;
- Portaria Municipal nº 258/2009 que nomeia membros ao Conselho Municipal de Meio Ambiente (CMMA);
- Portaria Municipal nº 266/2009 que nomeia o Licenciador Ambiental Municipal;
- Portaria Municipal nº 267/2009 que nomeia o Fiscal Ambiental Municipal;
- Legislação sobre o Licenciamento e Sanções;
- Plano Ambiental Municipal.

### FISCALIZAÇÃO

O setor de fiscalização do Departamento Municipal do Meio Ambiente dispõe de um fiscal. É de competência da fiscalização atuar buscando apurar denúncias, crimes ambientais e outras formas de agressão à natureza na defesa da qualidade de vida da população.

Ainda dispõe de outros fiscais urbanos lotados nas demais pastas como na Secretaria Municipal de Saúde e na Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos.

## PROGRAMAS E PROJETOS A SEREM IMPLANTADOS

Através de uma Audiência Pública realizada no município de Pontão no qual participaram os administradores municipais, vereadores, secretários juntamente com toda a comunidade foram discutidos e apontados alguns problemas que o município tem com o Meio Ambiente.

### 1. Campanhas de Conscientização em todos os projetos

A criação deste projeto visa-se em expor e demonstrar os problemas antigos e atuais relacionados com o Meio Ambiente do município de Pontão.

Cada problema levantado com a comunidade em audiência pública foi solicitado um projeto no qual deverá entrar em prática após a municipalização ambiental oficial.

- Objetivo: Divulgar os problemas, projetos e programas relacionados ao meio ambiente do município de Pontão.
- Metodologia: Divulgar através de jornais, rádio, palestras etc.
- Executores: Administração municipal, Secretarias, equipe técnica de profissionais da área e comunidade em geral.
- Recursos alocados: Prefeitura Municipal de Pontão.
- Resultados esperados ou já obtidos: Esclarecer e conscientizar a comunidade da suma importância da municipalização ambiental e a preservação, conservação e recuperação ambiental.
- Cronograma de implantação: Desde o início da elaboração do Plano Ambiental até o andamento e a finalização de todos os projetos.

### 2. Projeto de levantamento, esclarecimento, cadastramento das atividades licenciáveis que não estão licenciadas.

Através desse projeto visa-se realizar um cadastro relatando todas as atividades potencialmente poluidoras tanto em perímetro urbano como em perímetro rural. A partir dos dados levantados no município de Pontão pode-se criar um planejamento de ação no sentido de regularizar as atividades pendentes.

- Objetivos: Cadastrar todas as atividades do município, relacionando os empreendimentos que não estão licenciados e os que estão com os licenciamentos atrasados.
- Metodologia: Localizar todos os empreendimentos identificando-o conforme a necessidade de regularização de cada atividade.
- Executores: Departamento de Meio Ambiente, Fiscal equipe técnica da área.
- Recursos alocados: Fundo Municipal de Meio Ambiente.
- Resultados esperados ou já obtidos: Total de atividades (empreendimentos) e identificá-las conforme a necessidade de torná-las regularizadas.
- Cronograma de implantação: Início previsto para seis meses após a municipalização oficial.

### 3. Gerenciamento do Lixo Escolar

A Prefeitura Municipal juntamente com a comunidade é de extrema importância para a implantação de um sistema visando minimizar os impactos causados pela disposição de resíduos no meio ambiente com repercussão para a saúde pública.

As escolas, com a participação dos professores, alunos, pais e a comunidade são importantes colaboradores na coleta seletiva na qual é vital para a conscientização de programa de coleta seletiva, pois sabemos que a educação ambiental é a base para desencadear um processo contínuo de preservação e recuperação do meio ambiente.

O projeto tem por objetivo em criar uma integração da questão no currículo escolar e a conscientização da comunidade sobre os perigos do lixo para a saúde e meio ambiente.

- Objetivos: Criar um programa que proporcionará ao município uma redução dos impactos causados pela disposição de resíduos no meio ambiente.
- Metodologia: Atividades que envolvam toda a comunidade, palestras, anúncios em jornais e rádios.
- Executores: Departamento de Meio Ambiente, Secretaria de Educação, Escolas, alunos etc.
- Recursos alocados: Fundo Municipal de Meio Ambiente.
- Resultados esperados ou já obtidos: Através dos projetos e dos programas espera-se a conscientização da população em geral.

- Cronograma de implantação: Início previsto para seis meses após a municipalização oficial.

#### 4. Projeto Integrado de Educação Ambiental Sistema Escolar

A Prefeitura Municipal juntamente com a Secretaria de Educação, Secretaria de Desenvolvimento e Departamento de Meio Ambiente deverão firmar parceria visando integrar as atividades das mesmas com as escolas municipais.

Através de um Curso Básico de Educação Ambiental para os professores das redes municipais, desenvolvidas pelas técnicas do meio ambiente, com aulas teóricas e práticas, o que poderia incluir trilhas e visitas a Usinas de Recebimento e Triagem de Lixo, ou em municípios onde se encontram em atividades estas usinas, ou em locais com aterros sanitários legalizados pela FEPAM.

Dentro das atividades coletivas a ser desenvolvida poderia estar a arborização das escolas e creches municipais, os outros projetos como gerenciamento do lixo escolar e oficinas de reciclagem ficando a cargo da coordenação pedagógica e do grupo escolar escolher e planejar adequando sempre as necessidades da comunidade na qual a escola está inserida, o que refletirá no sucesso dos mesmos.

- Objetivos: Haver uma integração entre a escola e as atividades realizadas pelos Departamentos do Desenvolvimento, Departamento de Meio Ambiente, Secretaria de Educação, possibilitando aos professores e alunos além das aulas teóricas haver a realização de aulas práticas.
- Metodologia: Palestras, cursos, atividades práticas, realização de projetos entre outras.
- Executores: Secretaria de Educação, Departamento de Meio Ambiente, Professores, alunos etc.
- Recursos alocados: Fundo Municipal de Meio Ambiente, Recursos Ordinários da Prefeitura Municipal de Pontão.
- Resultados esperados ou já obtidos: Integração total entre os alunos e as atividades propostas pelos professores e organizadores.
- Cronograma de implantação: Início previsto para dez meses após a municipalização oficial.

## 5. Monitoramento da Qualidade e Quantidade da Água Consumida

- Objetivos: Monitorar e acompanhar os parâmetros químicos das águas (arrosios, rios e sangas) na área urbana, assim permitindo um melhor controle da qualidade e quantidade da água consumida. Através disto, pode-se destacar qualquer crime ambiental que possa estar ocorrendo com o meio ambiente, assim permitindo que se criem técnicas para proporcionar o melhoramento da mesma.
- Metodologia: Coletar amostras de água em diferentes períodos (meses) sendo após encaminhadas a um laboratório qualificado que deverá fornecer um controle através de planilhas com dados da qualidade e quantidade de água consumida no município.
- Executores: Equipe de profissionais da área, Departamento de Meio Ambiente, Departamento de Obras e Departamento da Saúde.
- Recursos alocados: Fundo Municipal de Meio Ambiente.
- Resultados esperados ou já obtidos: Controle da qualidade e quantidade da água do município de Pontão.
- Cronograma de implantação: Início previsto para oito meses após a municipalização oficial.

## 6. Campanha Educacional e Esclarecimento

Organizar uma campanha que visará em esclarecer a comunidade à importância da preservação do meio ambiente, tanto no envolvimento da flora e fauna, exemplos como, desmatamento, queimadas, controlar a pesca ilegal, atividades que necessitam de licença entre outros.

- Objetivos: A Campanha Educacional e Esclarecimento tem por objetivo esclarecer as principais leis ambientais abrangendo tanto flora como a fauna além de mostrar a situação dos rios, lixos, abusos com a natureza e animais.
- Metodologia: Através de campanhas, palestras, reuniões, rádio, jornais entre outros.
- Executores: Administração Municipal, Secretarias, Departamentos em geral, escolas, entidades, Emater, etc.
- Recursos alocados: Fundo Municipal de Meio Ambiente e Recursos Ordinários da Prefeitura de Pontão.

- Resultados esperados ou já obtidos: Conscientização de toda a comunidade através disto havendo uma diminuição da agressão ao meio ambiente.
- Cronograma de implantação: Início previsto para três meses após a municipalização oficial.

#### 8. Programa de Treinamento e Educação ao Produtor Rural

Objetiva-se criar um programa que visará em conscientizar os produtores rurais no uso adequado dos produtos tóxicos, no armazenamento das embalagens de agrotóxicos cheias e vazias, bem como também se deve esclarecer dúvidas sobre o abastecimento e a manutenção dos equipamentos de uso com agrotóxicos.

- Objetivos: Esclarecer ao produtor rural a melhor maneira de manusear os produtos tóxicos, expor como se deve proceder em relação aos depósitos das embalagens cheias e vazias de agrotóxicos e o que devem fazer com os equipamentos utilizados com agrotóxicos.
- Metodologia: Palestras oferecidas aos agricultores, anúncios em jornais, rádio e oferecer cursos com demonstrando algumas técnicas.
- Executores: Departamento de Meio Ambiente, equipe técnica da área com profissionais.
- Recursos alocados: Fundo Municipal de Meio Ambiente, Empresas.
- Resultados esperados ou já obtidos: Espera-se a conscientização e organização dos produtores rurais nos diversos aspectos como, coletas das embalagens vazias, realização da tríplice lavagem, diminuição da contaminação direta de recursos hídricos com abastecimentos de equipamentos agrícolas.
- Cronograma de implantação: Início previsto para cinco meses após a municipalização oficial.

#### 9. Programa Municipal de Educação Ambiental Formal e Não-formal

- Objetivos: Envolvimento da comunidade geral na questão ambiental, despertando-a para as necessidades envolvidas na questão da proteção ambiental.

- Metodologia: Cursos, folder, informações via rádio e jornais, palestras, programação envolvendo todos os setores do município em especial, trabalhos direcionados as escolas (rede municipal e estadual).
- Executores: Departamento de Meio Ambiente, Escolas, Secretarias, Professores entre outros.
- Recursos alocados: Fundo Municipal de Meio Ambiente.
- Resultados esperados ou já obtidos: Conscientização da população, principalmente com relação ao lixo urbano, onde ocorreu uma diminuição dos lixos em vias públicas.
- Cronograma de implantação: Início previsto para cinco meses após a municipalização oficial.

#### 10. Projeto de Legislação e Arborização Urbana

Constando de inventário florístico e planejamento de plantio e manejo da vegetação urbana e rural do município, assim oferecendo importante repertório de oportunidades para o desenvolvimento de programas e projetos ambientais visando à melhoria da qualidade de vida das pessoas, propicia o embelezamento de locais, promove um ambiente mais agradável, além de conscientizar a população sobre as questões ambientais gerais. E a criação de uma legislação específica sobre manejo e substituição ou plantio de árvores em área urbana.

- Objetivos: Diagnóstico detalhado da situação arbórea e arbustiva de toda a extensão do município de Pontão, através deste permitindo um planejamento de reposição das espécies necessárias.
  - Metodologia: Inventário Florístico.
  - Executores: Departamento de Meio Ambiente e equipe técnica com profissionais da área.
  - Recursos alocados: Fundo Municipal de Meio Ambiente.
  - Resultados esperados ou já obtidos: Realizar um projeto, que visa um planejamento, constando a necessidade de replantio, substituição ou podas de formação na vegetação urbana.
- Cronograma de implantação: Início previsto para dez meses após a municipalização oficial.

## 11. Mata Ciliar

- Objetivos: Diagnosticar a situação atual da Mata Ciliar, tanto qualitativamente como quantitativamente podendo identificar os locais que ainda existe mata ciliar e os pontos onde a vegetação foi danificada possibilitando assim a reposição das espécies necessárias.
- Metodologia: Acompanhar a criação e implantação dos Projetos Estaduais.
- Executores: Departamento de Meio Ambiente, equipe técnica de profissionais da área.
- Recursos alocados: Fundo Municipal de Meio Ambiente, Projetos que visam auxílio para recursos.
- Resultados esperados ou já obtidos: Com a criação de projetos e sua devida prática, haja melhorias na qualidade da mata ciliar, tendo no mínimo 50% dos objetivos alcançados.
- Cronograma de implantação: Início previsto para um ano após a municipalização oficial.

## 12. Projeto que Visa Proteger as Fontes Naturais de Água

- Objetivos: Localizar e identificar as Fontes Naturais de água do município de Pontão, na qual deverá ser realizada uma avaliação do atual estado em que a mesma se encontra através disto deve-se criar medidas que visam a recuperação e proteção das fontes.
- Metodologia: Relatório fotográfico, relatório descritivo.
- Executores: Departamento de Meio Ambiente, Departamento de Obras e profissionais da área.
- Recursos alocados: Fundo Municipal do Meio Ambiente.
- Resultados esperados ou já obtidos: Localizar e recuperar as fontes naturais de água de maneira que não haja danos ao meio ambiente e sim que recuperação e conservação das mesmas.



- Cronograma de implantação: Início previsto para seis meses após a municipalização oficial.

### 13. Recuperar Áreas Verdes

- Objetivos: Localizar e identificar a deficiência de vegetação em alguns pontos do município criando através disto um projeto de recuperação e conservação das áreas verdes.
- Metodologia: Relatórios fotográficos e descritivos dos locais com degradação, realização de estudos para identificar qual a melhor espécie vegetal para se implantar.
- Executores: Departamento de Meio Ambiente, equipe de profissionais da área e secretarias a fins.
- Recursos alocados: Fundo Municipal de Meio Ambiente.
- Resultados esperados ou já obtidos: Recuperar as áreas que encontram-se com problemas de vegetação.
- Cronograma de implantação: Início previsto para cinco meses após a municipalização oficial.

### 14. Projeto que Visa Fiscalizar a Coleta de Água em Rios para Lavar Pulverizadores

- Objetivos: Esclarecer, conscientizar e fiscalizar a importância da não utilização das águas dos rios para fins de lavar máquinas agrícolas, assim, esclarecendo os danos que esta atividade possa causar ao meio ambiente.
- Metodologia: Divulgar em jornais e rádios a necessidade da conscientização dessa atividade, manter uma equipe de fiscais e palestras.
- Executores: Departamento de Meio Ambiente, Fiscal de Meio Ambiente, equipe da área e comunidade em geral.
- Recursos alocados: Fundo de Meio Ambiente.
- Resultados esperados ou já obtidos: Conscientização e redução da prática já mencionada.

- Cronograma de implantação: Início revisto para dois meses após a municipalização oficial.

#### 15. Fiscalização e proibição de lançamento de esgoto na rede pluvial / rios e arroios

A criação desse projeto visa sanar problemas antigos e atuais, relacionados com o meio ambiente na área urbana e rural do município.

- Objetivos: Incentivar a implantação de fossas sépticas e poços negros tecnicamente construídas que não degradem o meio ambiente.
- Metodologia: Ações de fiscalização do cumprimento das exigências legais pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente (CMMA).
- Executores: Departamento de Meio Ambiente, Fiscal de Meio Ambiente, equipe técnica da área.
- Recursos alocados: Fundo Municipal de Meio Ambiente.
- Resultados esperados ou já obtidos: Proibição do lançamento do esgoto sem tratamento na rede pluvial, sendo que em casas já existentes, dar-se-á prazo de 24 meses para adequação de acordo com normas do Conselho de Meio Ambiente e Legislação Maior.

Cronograma de implantação: Início previsto para quatro meses após a municipalização oficial.

#### 16. Programa de Uso Público e Recreação no Parque Municipal da Sagrisa

O programa visa ordenar, direcionar e estabelecer atividades de uso público para o parque, realçando e valorizando os seus atributos naturais.

- Objetivos: Proporcionar oportunidades para que os visitantes possam realizar atividades recreativas como observação, fotografia e passeios a pé compatíveis com os recursos e objetivos do parque e seguindo princípios do ecodesenvolvimento.
- Metodologia: Divulgar em jornais e rádios sobre a importância da realização dessa atividade para a comunidade.

- Executores: Departamento de Meio Ambiente, Fiscal de Meio Ambiente, funcionários do parque.
- Recursos alocados: Fundo de Meio Ambiente.
- Resultados esperados ou já obtidos: Ajudar o visitante a entender e apreciar os recursos naturais e culturais do parque de modo que sua experiência seja positiva e agradável.
- Cronograma de implantação: Início revisto para seis meses após a municipalização oficial.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração Municipal de Pontão iniciou suas atividades em abril de 2008 tendo como grande objetivo criar as condições para assumir, de acordo com a legislação vigente, a gestão ambiental no território de Pontão.

A partir do mês de abril de 2008 foram intensificados os procedimentos para obter a habilitação junto ao Conselho Estadual do Meio Ambiente para que o município possa efetuar ações de Fiscalização, Licenciamento de Impacto Local e Monitoramento das atividades a serem licenciadas.

Este Plano Ambiental descreve um panorama dos principais problemas Ambientais que Pontão apresenta, onde possui metas e os principais projetos que na opinião da comunidade de Pontão devem ser tratados tão logo o município se torne apto ao Licenciamento e conseqüentemente com a canalização de recursos financeiros para a aplicação na área Ambiental do município em questão.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BELTON, W. Aves Silvestres do Rio Grande do Sul, 3 ed. Porto Alegre, Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, 1993. 172 p., 105 il.
- CAUME, David José. *O MST e os assentamentos de Reforma Agrária*. Goiânia: UFG, 2006.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2000. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). 2009. Acesso em: Jun. 2009.
- KLEIN, Márcio André, JORGE, Márcia da Silva. Geração de Produtos Cartográficos do Parque Municipal da Sagrisa do Município de Pontão Aplicando Técnicas de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto. In: *Plano de Manejo do Parque Municipal de Sagrisa*. Passo Fundo, 2001.
- LORENZI, H. Árvores Brasileiras. Manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil. Nova Odessa/SP: vol.1, 4. ed. Instituto Plantarum, 2002.
- LORENZI, H. Árvores Brasileiras. Manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil. Nova Odessa/SP: vol.2, 2. ed. Instituto Plantarum, 2002.
- Ministério da Agricultura, Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal. Departamento de Economia Florestal. **Inventário Florestal Contínuo** (Flona de São Francisco de Paula) RS. Brasília, 1983.
- RAMBO, B. A Fisionomia do Rio Grande do Sul: ensaio de monografia natural/Balduino Rambo. 3 Ed. Editora Unisinos. São Leopoldo – RS, 473p. 2005.
- STÉDILLE, João Pedro. *Questão Agrária no Brasil*: São Paulo, Atual, 1997.
- UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO. Plano de Manejo do Parque Natural Municipal de Sagrisa. Convênio UPF/Prefeitura Municipal de Pontão/Fundo Nacional do Meio Ambiente. Pontão/RS, 2003.